



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

MARIA APARECIDA DE ARAÚJO RAIMUNDO

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EM DISCUSSÃO: O
DESENVOLVIMENTISMO E NEODESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL**

RECIFE
2024

MARIA APARECIDA DE ARAÚJO RAIMUNDO

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EM DISCUSSÃO: O
DESENVOLVIMENTISMO E NEODESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado pelo aluno **MARIA APARECIDA DE ARAÚJO RAIMUNDO** ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, como pré-requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas sob a orientação do professor **Dr. PETRUS ALVES FREITAS**.

**RECIFE
2024**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Bibliotecário(a): Ana Catarina Macêdo – CRB-4 1781

R153d Raimundo, Maria Aparecida de Araújo.
Desenvolvimento econômico em discussão: o desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo no Brasil / Maria Aparecida de Araújo Raimundo. - Recife, 2024.
65 f.

Orientador(a): Petrus Alves Freitas.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Bacharelado em Ciências Econômicas, Recife, BR-PE, 2024.

Inclui referências.

1. Desenvolvimento econômico - Brasil . 2. Brasil - Política econômica . 3. Brasil - Política e governo.
I. Freitas, Petrus Alves, orient. II. Título

CDD 330

Monografia apresentada como requisito necessário para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas. Qualquer citação atenderá as normas da ética científica.

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EM DISCUSSÃO: O
DESENVOLVIMENTISMO E NEODESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL**

MARIA APARECIDA DE ARAÚJO RAIMUNDO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado e aprovado em 04/10/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Petrus Alves Freitas (Orientador)

Assinatura: _____ **Nota:** _____

Prof. Dra. Ana Carolina Borges da Silva

Assinatura: _____ **Nota:** _____

Prof. Dr. Moisés Freitas Athayde Cavalcanti

Assinatura: _____ **Nota:** _____

**RECIFE
2024**

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço a Deus por me permitir esta conquista. Também expresso minha profunda gratidão ao Dr. Petrus Alves Freitas, meu orientador, pela paciência, dedicação e orientação ao longo de todo este processo. Seu apoio foi fundamental para a conclusão deste trabalho.

À minha família, meu eterno agradecimento por serem minha rede de apoio incondicional. Ser a primeira graduada da nossa história é uma conquista que compartilho com todos vocês. Em especial, agradeço aos meus pais, que sempre me incentivaram, e aos meus irmãos, cuja companhia e suporte foram essenciais. Dedico este trabalho aos meus sobrinhos, Rhuan e Helena, com a esperança de que, no futuro, sigam o caminho da educação e alcancem seus próprios sonhos.

À minha amiga Ingrid, obrigada por sua amizade fiel e verdadeira. Sua presença constante e palavras de encorajamento foram especiais durante toda a jornada.

E, finalmente, ao meu namorado Hugo, quero expressar todo o meu amor e gratidão. Você esteve ao meu lado nos momentos bons e ruins, acreditando em mim mesmo quando eu duvidava. Sua paciência, carinho e apoio inabalável foram essenciais para que eu pudesse superar os desafios e concluir este trabalho. Este agradecimento é uma pequena forma de reconhecer tudo o que você significa para mim.

RESUMO

Este trabalho aborda a evolução das abordagens do desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo. O desenvolvimentismo, consolidado no período de Vargas, foi uma estratégia centrada na industrialização, substituição de importações e intervenção estatal, com ênfase em grandes projetos de infraestrutura e criação de empresas estatais. Já o neodesenvolvimentismo, adotado nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, combinou políticas sociais inclusivas, como o Bolsa Família, com a promoção da industrialização, inovação e infraestrutura, buscando corrigir desigualdades sociais e incentivar o crescimento econômico sustentável. A análise explora as semelhanças e diferenças entre essas duas abordagens, avaliando seus impactos no crescimento econômico, inclusão social e desafios macroeconômicos. Conclui-se que, embora ambas as estratégias tenham sido essenciais para o desenvolvimento do Brasil, enfrentaram condições significativas, como a dependência de recursos externos e crises fiscais.

Palavras-chave: desenvolvimento econômico, desenvolvimentismo, neodesenvolvimentismo, Brasil, políticas econômicas, inclusão social.

ABSTRACT

This study examines the evolution of developmentalism and neo-developmentalism approaches in Brazil. Developmentalism, established during the Vargas era, was a strategy focused on industrialization, import substitution, and state intervention, with an emphasis on large infrastructure projects and the creation of state-owned enterprises. Neo-developmentalism, implemented during the governments of Luiz Inácio Lula da Silva and Dilma Rousseff, combined inclusive social policies, such as Bolsa Família, with the promotion of industrialization, innovation, and infrastructure, aiming to correct social inequalities and encourage sustainable economic growth. The analysis explores the similarities and differences between these two approaches, evaluating their impacts on economic growth, social inclusion, and macroeconomic challenges. The conclusion is that, while both strategies were essential for Brazil's development, they faced significant challenges, such as external resource dependency and fiscal crises.

Keywords: economic development, developmentalism, neo-developmentalism, Brazil, economic policies, social inclusion.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	10
2. CAPÍTULO I: Uma discussão sobre o desenvolvimento econômico	12
Introdução	12
2.1. Desenvolvimento econômico e teoria clássica.....	15
2.2. Desenvolvimento econômico e teoria neoclássica	18
2.3. Desenvolvimento econômico e teoria contemporânea.....	20
3. CAPÍTULO II: Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo no Brasil	23
Introdução	23
3.1 Origens e evolução do desenvolvimentismo	25
3.2 A era do neodesenvolvimentismo	30
3.4 Comparação entre Desenvolvimentismo e Neodesenvolvimentismo.....	36
4. CAPÍTULO III: Desenvolvimentismo Hoje: uma discussão mais concreta ...	43
Introdução	43
4.1. Contexto Atual.....	43
4.2. Desenvolvimento Sustentável	49
4.3 Inclusão Social e Sustentabilidade	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS	59

1. INTRODUÇÃO

Ao longo da história do Brasil, sobretudo no período mais recente, as estratégias de desenvolvimento econômico desempenharam um papel crucial na transformação estrutural do país. Entre essas estratégias, as que ficaram conhecidas como o desenvolvimentismo e o neodesenvolvimentismo, se destacam como abordagens que impulsionaram a industrialização, a modernização e a inclusão social. Essas políticas, que tiveram seu auge em diferentes momentos históricos, foram fundamentais para que o Brasil se consolidasse como uma das maiores economias emergentes, mas perpetuando contradições históricas, como a dependência das exportações e a vulnerabilidade às crises internacionais.

O desenvolvimentismo, introduzido principalmente durante o governo de Getúlio Vargas e ampliado na era Juscelino Kubitschek, foi uma resposta à necessidade de industrializar o país e promover a substituição de importações. Com uma forte intervenção estatal, o Brasil apostou em grandes projetos de infraestrutura e no fortalecimento de empresas estatais para impulsionar o crescimento. Essa estratégia, no entanto, enfrentou críticas por sua dependência excessiva de capital externo e por criar desequilíbrios fiscais e econômicos que culminaram em crises.

O neodesenvolvimentismo, por sua vez, surgiu em um contexto de recuperação da economia após as crises das décadas de 1980 e 1990, principalmente durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Esse modelo buscava combinar a abertura ao mercado com uma ativa intervenção do Estado, promovendo tanto o crescimento econômico quanto a inclusão social por meio de políticas como o Bolsa Família e programas de investimento em infraestrutura. O neodesenvolvimentismo foi responsável por uma significativa redução da pobreza e uma expansão do mercado interno, mas também enfrentou críticas, como a falta de sustentabilidade fiscal e a dependência de *commodities* para impulsionar a economia.

Este trabalho, portanto, argumenta que, embora o desenvolvimentismo e o neodesenvolvimentismo tenham sido essenciais em seu tempo, já não se mostram adequados às demandas contemporâneas. A economia brasileira, fortemente impactada pela pandemia de COVID-19 e por crises fiscais, exige uma reformulação de suas políticas econômicas, de modo a promover um desenvolvimento mais sustentável, resiliente e inclusivo, que leve em conta as transformações tecnológicas e a necessidade de preservação ambiental. Assim, busca-se demonstrar que, apesar das críticas, tanto o desenvolvimentismo quanto o

neodesenvolvimentismo foram fundamentais para o progresso econômico e social do Brasil. Essas abordagens desempenharam um papel estratégico no combate à pobreza, na industrialização e na inclusão social. Contudo, antes adentrar na questão do desenvolvimentismo e do neodesenvolvimentismo no Brasil faz-se necessário i) discutir o próprio entendimento de desenvolvimento econômico, recorrendo a literatura da História do Pensamento Econômico; ii) Discutir o que se passou a chamar de desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo brasileiro; Bem como iii) Abordar o estado atual da discussão acerca do desenvolvimentismo no Brasil, analisando suas características, desafios e a sua relevância no contexto econômico recente.

2. CAPÍTULO I: Uma discussão sobre o desenvolvimento econômico

Introdução

Neste capítulo, será discutida a evolução das teorias do desenvolvimento econômico, desde suas raízes clássicas até as abordagens contemporâneas. O objetivo é compreender como essas teorias influenciaram as políticas econômicas ao longo do tempo e como as ideias de autores como Adam Smith, David Ricardo, John Maynard Keynes, entre outros, moldaram o entendimento sobre crescimento e desenvolvimento. A estrutura do capítulo será dividida em três partes: a primeira revisitará as teorias clássicas, a segunda abordará a teoria neoclássica e, por fim, a terceira analisará as contribuições das teorias contemporâneas, com ênfase nas correntes mais recentes.

O tema do desenvolvimento econômico é amplamente discutido na literatura econômica, desde os autores da economia política clássica como Adam Smith (Smith, 1996) e David Ricardo (Ricardo, 1982) – para citar apenas os dois expoentes máximos dessa escola – além da influente crítica da economia política de Marx¹, resultando em uma variedade de interpretações e teorias do ponto de vista clássico e da crítica. As bases iniciais desses autores focam em elementos como a divisão social e técnica do trabalho, a acumulação de capital, a constante luta de classes e a fonte da riqueza advinda do trabalho. Em meados do século XIX, a economia neoclássica se ocupou do tema, abandonando esses elementos clássicos e formulando uma nova teoria do valor e, conseqüentemente, uma nova visão do desenvolvimento econômico, numa perspectiva de naturalização das relações capitalistas e do seu desenvolvimento.

No século XX, a teoria keynesiana, desenvolvida por John Maynard Keynes, destacou a importância da demanda agregada e das políticas coordenadas pelo Estado para estimular o crescimento econômico. A partir dessa base, diversas abordagens “heterodoxas” emergiram, focadas na demanda efetiva e no bem-estar social, como os trabalhos de Michal Kalecki (1977a;

¹ Embora Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx não tenham escrito especificamente sobre desenvolvimento econômico como um tema central, suas obras abordam questões fundamentais que influenciam a compreensão do desenvolvimento, como a divisão do trabalho, a acumulação de capital, e as relações de produção. Em particular, Marx, desde sua juventude, abordou repetidamente o caráter contraditório e desigual do desenvolvimento capitalista. Ele analisou essas contradições não apenas entre as nações capitalistas, a partir da formação histórica do mercado mundial, mas também como parte do desenvolvimento geral da sociedade. Para Marx, o avanço progressivo em determinadas esferas pode implicar no retrocesso simultâneo de outras. Mas a abordagem marxiana não será alvo deste trabalho. Para uma discussão mais detalhada do desenvolvimento em Marx, ver Bonente (2016) e Medeiros (2013).

1977b), que expandiram as ideias da demanda efetiva ao enfatizar a distribuição de renda e o papel dos lucros na economia. Outro autor importante, Joseph Schumpeter, em sua Teoria do Desenvolvimento Econômico (1997), trouxe uma visão nova sobre o papel do empreendedor e da inovação no processo de desenvolvimento, argumentando que o progresso econômico é impulsionado por ondas de “destruição criativa” que renovam o sistema econômico.

Atualmente, encontramos abordagens que incorporam elementos tanto da economia “heterodoxa” quanto da economia “tradicional”, como a economia ecológica e o desenvolvimento sustentável. Essas correntes expandem o foco para incluir a “questão ambiental”, reconhecendo que o desenvolvimento econômico deve ser compatível com a preservação dos recursos naturais e a justiça social, garantindo assim um crescimento equilibrado e sustentável no longo prazo.

No pensamento comum e cotidiano, desenvolvimento econômico tornou-se sinônimo de uma boa etapa da economia capitalista, sendo, portanto, desejado por gestores do capital, políticos, economistas, etc. Contudo, essas diversas perspectivas, teóricas ou cotidianas, refletem a complexidade e a multifacetada natureza do desenvolvimento econômico, demonstrando que não há uma única explicação geral, mas sim uma riqueza de enfoques que se complementam e, muitas vezes, se contradizem. Porém, no mínimo, pode-se questionar o caráter puramente positivo do desenvolvimento econômico; isto é, o desenvolvimento além de possível é desejável desde que se assume uma perspectiva que não confronte as contradições da sociedade capitalista.

Desse modo, ao explorarmos o termo “desenvolvimento”, mergulhamos em uma análise que vai além do entendimento comum e questiona as muitas interpretações do tema proposto. Inicialmente, essa análise se debruça em duas questões fundamentais: os aspectos sociais e os aspectos econômicos desse processo. A determinação do desenvolvimento, portanto, não é um conceito estático, mas dinâmica que evolui ao longo do tempo, refletindo as contradições inerentes a sociedades capitalistas. Para auxiliar a análise, partiremos de uma perspectiva histórica, em que o desenvolvimento era intrinsecamente ligado ao crescimento econômico e à industrialização. Que está presente tanto nas correntes clássicas quanto neoclássicas. No entanto, conforme adentramos a segunda metade do século XX, testemunhamos uma ampliação dessa visão. O desenvolvimento não pode mais ser simplificado apenas como o aumento do produto per capita; ele se desdobra em um espectro múltiplo, abrangendo não apenas a esfera econômica, mas também a social (Carvalho; Souza, 2021).

A dimensão econômica do desenvolvimento está entrelaçada com a crença de que o crescimento do produto impulsiona diretamente as condições de vida da população. Essa visão tradicional, embora válida, não é suficiente. Emergem questionamentos sobre equidade, distribuição de renda e sustentabilidade, desenhando uma nova moldura conceitual que abraça as nuances da realidade contemporânea. Além disso, como dissemos, a compreensão do desenvolvimento não pode prescindir de uma análise crítica. A palavra “desenvolvimento” sugere a remoção de obstáculos para a manifestação, uma metáfora precisa para a dinâmica capitalista. Contudo, essa operação não se dá de forma homogênea. As disparidades materiais e as contradições inerentes ao processo revelam a complexidade subjacente à busca pelo desenvolvimento econômico (Melo, 2019).

Assim, surge o seguinte questionamento: como as diferentes teorias do desenvolvimento econômico, incluindo a teoria clássica, neoclássica e teorias contemporâneas, influenciaram as políticas econômicas e o progresso socioeconômico ao longo da história? Desse modo, o objetivo geral deste capítulo é analisar o conceito de desenvolvimento econômico em diferentes teorias econômicas ao longo da História do Pensamento Econômico, com ênfase no contexto brasileiro, e explorar suas implicações para políticas econômicas contemporâneas.

Abordar estes aspectos nos fornece uma estrutura para a investigação abrangente do tema do desenvolvimento econômico, abordando tanto aspectos teóricos quanto práticos, com o objetivo de contribuir para uma compreensão mais ampla das questões econômicas contemporâneas e suas implicações políticas. Adentrando a esfera social, a concepção de desenvolvimento incorpora a melhoria das condições de vida da população. Nesse sentido, a ênfase atual vai além dos indicadores econômicos tradicionais, incorporando dimensões como equidade, distribuição de renda, educação, saúde e sustentabilidade ambiental. Esta ampliação da noção de desenvolvimento reflete uma preocupação crescente com aspectos não apenas econômicos, mas também sociais e ambientais (CHAFUEN, 2019).

Dessa forma, o presente capítulo busca desvelar as camadas do conceito de desenvolvimento, explorando suas dimensões sociais e econômicas. Ao compreendermos as interconexões entre crescimento econômico, desigualdades, complexidades sociais e desafios ambientais, estamos preparados para uma análise mais holística e crítica do processo de desenvolvimento contemporâneo (Margalho, 2018). Para isso, será necessário: i) investigar as bases teóricas da teoria clássica e neoclássica do desenvolvimento econômico; ii) examinar teorias contemporâneas do desenvolvimento econômico, incluindo abordagens institucionais,

do desenvolvimento humano e sustentável; e iii) analisar como essas teorias influenciam as políticas econômicas atuais e analisar criticamente as políticas de desenvolvimento adotadas no Brasil ao longo do tempo, com foco nos períodos de desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo, identificando sucessos, desafios e lições aprendidas para orientar estratégias futuras.

2.1. Desenvolvimento econômico e teoria clássica

Os economistas clássicos, como Adam Smith, David Ricardo, Thomas Malthus e John Stuart Mill, desenvolveram suas teorias entre os séculos XVIII e XIX. Eles viam o desenvolvimento econômico como um processo abrangente, que envolve mudanças profundas na estrutura econômica, transformações em setores específicos e requerimentos de projetos políticos voltados para a superação dos resquícios feudais e a consolidação do capitalismo.

Durante o século XIX e início do século XX, suas ideias influenciaram significativamente as políticas econômicas e sociais. No entanto, com o advento das teorias keynesianas na década de 1930 e a subsequente expansão do keynesianismo após a Segunda Guerra Mundial, as teorias liberais (clássicas e neoclássicas) começaram a ser vistas como “menos relevantes”². Esse declínio do liberalismo aos moldes do “*laissez faire*” se intensificou com a crise de 1929. Já com a ascensão da globalização nas últimas décadas do século XX, quando o foco passou a ser mais sobre a integração comercial e financeira global, simplificando e reduzindo a complexidade do conceito de desenvolvimento (CHAFUEN, 2019). Mas voltaremos aos clássicos.

Para uma compreensão do desenvolvimento econômico segundo os economistas clássicos, é necessário iniciar com as contribuições de Adam Smith e David Ricardo, que estabeleceram as bases para o pensamento econômico liberal. Adam Smith, em sua obra seminal “A Riqueza das Nações” (1776), concebeu o desenvolvimento como resultado da acumulação de capital e da especialização do trabalho (WEST, 1964, p. 23-32). Ele argumentou que a divisão do trabalho aumenta a produtividade e, conseqüentemente, a riqueza de uma nação. Smith enfatizou a importância do mercado livre e da competição para promover o crescimento econômico. Para ele, o desenvolvimento era um processo dinâmico, onde a satisfação do seu

² No primeiro capítulo de *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, John Maynard Keynes agrupa diversos economistas, incluindo Karl Marx, sob o termo “clássico”, referindo-se a todos os pensadores que ele considera terem contribuído para a teoria econômica antes do surgimento de suas próprias ideias. Keynes argumenta que as teorias clássicas, independentemente de suas diferenças internas, compartilham uma visão comum que ele busca criticar e reformular. Para mais detalhes, ver Keynes (1936).

próprio interesse promove, de certa forma, o interesse da sociedade, resultado em benefícios coletivos através da famosa metáfora da “mão invisível” do mercado (SMITH, 1993, p. 59).

David Ricardo, por outro lado, contribuiu com a teoria das vantagens comparativas, que explicou como o comércio internacional poderia beneficiar todas as nações envolvidas, mesmo quando uma delas fosse mais eficiente na produção de todos os bens. Em sua obra “Princípios de Economia Política e Tributação” (1817), Ricardo destacou que o desenvolvimento econômico estava intimamente ligado à distribuição de renda entre os proprietários de terras, capitalistas e trabalhadores. Ele também advertiu sobre como a escassez de recursos naturais poderia estagnar o crescimento econômico, conforme outros autores citam, “No cerne do sistema de Ricardo, encontra-se a noção de que o crescimento econômico está condenado a acabar, mais cedo ou mais tarde, devido à escassez de recursos naturais” (BLAUG, 1989, p. 137).

No entanto, a compreensão da acumulação de capital e do crescimento, que nos clássicos, como Smith e seus sucessores, era vista como um progresso econômico traduzido em benefícios gerais, encontrou muitas contradições no capitalismo de meados do século XIX. Uma tentativa de sistematizar e generalizar a teoria do desenvolvimento econômico foi feita por Walt Whitman Rostow, economista estadunidense, que propôs o entendimento dos estágios de crescimento econômico em seu livro *The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto* (1960). Rostow sugeriu que o desenvolvimento econômico de uma nação ocorre em cinco estágios distintos, cada um caracterizado por diferentes condições econômicas e sociais. Embora muito distante dos clássicos da Economia Política em termos temporais, a obra de Rostow ficou conhecida como a forma “clássica” de desenvolvimento econômico, caracterizada por uma visão etapista.

No primeiro estágio, a sociedade é caracterizada por uma estrutura econômica primitiva com pouca capacidade de mudança. A economia é predominantemente agrária, com técnicas agrícolas rudimentares e baixa produtividade. As instituições sociais e políticas são dominadas pela tradição, e há pouca mobilidade social.

O segundo estágio marca a transição de uma sociedade tradicional para a moderna. Há um aumento significativo nos investimentos em infraestrutura, como transportes, comunicações e educação. As inovações tecnológicas começam a surgir, e há um aumento na produtividade agrícola. A formação de capital é incentivada, e a sociedade começa a desenvolver uma mentalidade favorável ao crescimento econômico (AYROZA *et al*, 2021, p.156).

O estágio de arranque é caracterizado por um rápido crescimento econômico. O setor industrial começa a se expandir, superando o setor agrário. Há um aumento significativo nos investimentos e na produção industrial, o que leva a um crescimento acelerado da economia. A inovação tecnológica e a expansão dos mercados internos e externos desempenham papéis cruciais. Este estágio é marcado por um aumento na urbanização e na mobilidade social. (SARMENTO, 2012)

Na marcha para a maturidade, a economia se diversifica e se torna mais sofisticada. A indústria pesada se expande e novas tecnologias são adotadas em larga escala. A economia experimenta um crescimento sustentado, e há uma maior capacidade de produzir bens de consumo duráveis e de alto valor agregado. As instituições econômicas e políticas se estabilizam, e há uma melhoria significativa nos padrões de vida. (SANTOS SILVA, 2004)

O estágio final é caracterizado pelo consumo em massa de bens e serviços. A maioria da população tem acesso a um padrão de vida elevado, e a economia é impulsionada pelo consumo de bens de consumo duráveis, como automóveis e eletrodomésticos. A urbanização é alta, e os serviços tornam-se um setor econômico dominante. Há uma ênfase na educação e no bem-estar social, com uma distribuição mais equitativa da riqueza. (SANTOS SILVA, 2004).

Apesar de sua influência, a teoria de Rostow tem sido alvo de várias críticas por diversos autores e estudiosos³. Uma das principais críticas é que a teoria de Rostow é excessivamente determinista, assumindo que todas as nações seguirão os mesmos estágios de desenvolvimento econômico. Isso ignora as particularidades culturais, políticas e históricas de cada país que podem influenciar seu trajeto de desenvolvimento. Sua teoria é frequentemente criticada por simplificar demais o processo de desenvolvimento econômico. O desenvolvimento é um fenômeno complexo que não pode ser adequadamente explicado apenas por cinco estágios. Existem muitos fatores interdependentes que influenciam o crescimento econômico, incluindo políticas governamentais, estruturas institucionais e influências externas.

A teoria de Rostow também é criticada por negligenciar as desigualdades socioeconômicas que podem surgir ou persistir durante o processo de desenvolvimento. O crescimento econômico não necessariamente leva a uma distribuição equitativa da riqueza, e muitos países podem experimentar crescimento sem desenvolvimento humano significativo. E, finalmente, a teoria de Rostow é considerada eurocêntrica, pois se baseia na experiência histórica das nações ocidentais, especialmente a Europa e os Estados Unidos. Esta perspectiva

³ Para Ribeiro (2008) a teoria de Rostow é frágil ao se mostrar mais ideológica do que empírica ao ser utilizada para manter uma ideologia de progresso e fundamento político, utilizado por alguns países na época.

não leva em conta as diferentes trajetórias de desenvolvimento experimentadas por países na Ásia, África e América Latina.

Mas essa visão teleológica do desenvolvimento influenciou significativamente as políticas de desenvolvimento durante a segunda metade do século XX, especialmente no contexto da Guerra Fria, onde o progresso econômico era visto como uma forma de contenção ao comunismo.

Após a Segunda Guerra Mundial, houve um notável aumento no interesse e na pesquisa voltados para compreender e impulsionar o desenvolvimento econômico. No entanto, antes desse período, várias mudanças históricas foram cruciais para o surgimento de políticas que visavam estabilizar a economia, promover o crescimento e implementar estratégias de planejamento econômico. Uma dessas mudanças foi o declínio do liberalismo, liderado pela Inglaterra, que ocorreu após a Primeira Guerra Mundial e a crise econômica da década de 1930, conhecida como Grande Depressão (HOBSBAWM, 2003).

Com o avanço do pensamento econômico, as limitações da teoria clássica começaram a ser questionadas, abrindo espaço para novas abordagens que buscavam aprofundar o entendimento sobre o crescimento e o desenvolvimento. Nesse cenário, a teoria neoclássica emergiu como uma alternativa, trazendo uma nova perspectiva sobre o papel dos mercados, do progresso tecnológico e da alocação de recursos na promoção do crescimento econômico sustentável.

2.2. Desenvolvimento econômico e teoria neoclássica

A transição do entendimento do desenvolvimento econômico, que inicialmente era visto como um conceito abrangente de acumulação e aumento da riqueza, para um modelo matemático reflete a mudança da análise econômica em direção a um modelo que supostamente teria “maior precisão e rigor científico”. Esse movimento foi impulsionado pela busca por metodologias que permitissem uma melhor formulação de políticas baseadas em dados quantitativos e previsões mais acuradas. No entanto, é importante destacar que o rigor atribuído à matematização da economia não é absoluto; em muitos casos, a utilização de modelos matemáticos pode ser mais ideológica do que propriamente científica. Isso ocorre porque os modelos matemáticos, por mais sofisticados que sejam, muitas vezes simplificam a complexidade das realidades econômicas, ignorando fatores qualitativos e contextuais que não podem ser facilmente quantificados. Portanto, enquanto a matematização contribuiu para um

avanço na análise econômica, também é necessário reconhecer suas limitações e a possibilidade de que ela reflita certas ideologias econômicas em vez de uma verdade científica objetiva.

Destarte, a visão neoclássica do desenvolvimento econômico se concentra na importância do mercado e na alocação eficiente de recursos para promover o crescimento econômico (AYROZA *et al*, 2021). Essa abordagem enfatiza a racionalidade dos agentes econômicos e a eficiência dos mercados competitivos para alcançar uma distribuição ótima dos recursos, essencial para o crescimento sustentável.

Robert Solow é uma figura central na formulação da visão neoclássica sobre o crescimento econômico⁴. Em seu artigo “A Contribution to the Theory of Economic Growth” (1956), Solow destacou que o progresso tecnológico é o principal motor do crescimento econômico a longo prazo. Segundo ele, o crescimento econômico é impulsionado pela acumulação de capital físico e humano, juntamente com o progresso tecnológico, que é tratado como um fator exógeno ao modelo. Solow argumenta que, mesmo com aumentos na quantidade de capital e trabalho, o progresso tecnológico é necessário para evitar a diminuição dos retornos marginais e para sustentar o crescimento econômico a longo prazo.

Na visão neoclássica, os mercados competitivos são considerados os mecanismos mais eficientes para alocar recursos, uma vez que eles incentivam a inovação e a melhoria contínua da produtividade. Assim, a teoria neoclássica sugere que, quando os mercados funcionam sem interferências, os recursos são distribuídos de maneira que maximizem o bem-estar econômico.

No início da teoria neoclássica, economistas como William Stanley Jevons, Léon Walras e Carl Menger foram pioneiros na formulação de ideias que enfatizam a importância dos mercados competitivos para a alocação eficiente de recursos. Nessa visão, a alocação eficiente de recursos é crucial para o funcionamento da economia. Segundo essa perspectiva, os mercados competitivos são considerados os mecanismos mais eficientes para alocar recursos, pois incentivam a inovação e a melhoria contínua da produtividade. Assim, a teoria neoclássica sugere que, quando os mercados funcionam sem interferências, os recursos são distribuídos de maneira que maximizem o bem-estar econômico, um conceito explorado por economistas como

⁴ Para Sandroni (1994), crescimento econômico significa o aumento da capacidade produtiva da economia e, portanto, da produção de bens e serviços de determinado país ou área econômica, já desenvolvimento econômico é o crescimento econômico acompanhado da melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura econômica e social que possibilitam a distribuição mais equânime das riquezas produzidas.

Vilfredo Pareto, que introduziu a ideia de eficiência de Pareto, fundamental na teoria do bem-estar.⁵

Mankiw, Romer e Weil, em seu artigo “A Contribution to the Empirics of Economic Growth” (1992), expandiram essa perspectiva ao fornecer uma análise empírica dos determinantes do crescimento econômico a longo prazo. Eles investigaram variáveis como taxas de poupança, investimento em capital físico e humano, reforçando a ideia de que esses elementos são fundamentais para o crescimento econômico. O estudo empírico desses economistas corroborou com a visão de que o progresso tecnológico e a acumulação de capital humano são essenciais para impulsionar o crescimento sustentável (CHAFUEN, 2019).

A abordagem neoclássica também destaca o papel das instituições e políticas que incentivam a inovação e a eficiência do mercado. Políticas que promovem a educação, a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico são vistas como cruciais para melhorar a produtividade e sustentar o crescimento econômico (AYROZA *et al*, 2021).

Assim, essa abordagem tem sido dominante para a formulação de políticas econômicas que buscam promover um crescimento sustentável e inclusivo. No entanto, essa perspectiva também atrai críticas significativas⁶. Ao reduzir o desenvolvimento econômico a um modelo matemático, a visão neoclássica frequentemente abstrai as complexidades sociais e humanas, tratando as pessoas como meros “agentes econômicos racionais e individuais”. Como resultado, os aspectos sociais do desenvolvimento são negligenciados, e o próprio conceito de desenvolvimento muitas vezes desaparece, dando lugar a um foco quase exclusivo no crescimento econômico. Essa limitação gera um entendimento incompleto e, por vezes, distorcido do que realmente impulsiona o bem-estar e a prosperidade em uma sociedade.

2.3. Desenvolvimento econômico e teoria contemporânea

Ao que está sendo chamado aqui de teoria contemporânea do desenvolvimento é um campo vasto e dinâmico que abrange uma variedade de disciplinas e perspectivas, emergindo predominantemente após a década de 1970. Essa teoria reconhece que o desenvolvimento, tanto

⁵ Originalmente apresentado por Pareto em seu Cours D’Economie Politique (1896, p. 256, §385) e (1897, p. 91, § 721), como evolução de um artigo anterior, teve sua versão definitiva do que viria ser o critério de Pareto apresentada em seu *Manuale di Economia Política* (1919).

⁶ O institucionalista Thorstein B. Veblen em sua obra "Why is economics not an evolutionary science?" Tece uma crítica ao pensamento neoclássico pelo seu pressuposto ser uma falsa concepção da natureza humana. O indivíduo é equivocadamente visto em termos hedonísticos, sendo um agente socialmente passivo, inerte e imutável. (Veblen, 1919, p. 73).

humano quanto econômico, não é um processo linear ou uniforme, mas é profundamente influenciado por contextos sociais, culturais e históricos.

Após a Segunda Guerra Mundial, as teorias de desenvolvimento econômico passaram por uma transformação significativa. O já citado John Maynard Keynes, um dos economistas mais influentes do século XX, desempenhou um papel crucial nesta mudança. Em sua obra “A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda” (1936), Keynes argumentou que a intervenção governamental era essencial para garantir o pleno emprego e a estabilidade econômica. Ele defendia que o governo deveria utilizar políticas fiscais e monetárias para controlar a demanda agregada, especialmente durante períodos de recessão. As ideias keynesianas influenciaram a formulação de políticas econômicas em várias nações, resultando em um período de crescimento econômico estável e elevado, conhecido como a “era de ouro” do capitalismo nas décadas de 1950 e 1960.

Na década de 1970, surgiram novas abordagens ao desenvolvimento econômico, incorporando perspectivas e metodologias diversificadas. Uma das mais influentes, e voltadas pelas particularidades latino americanas, foi a teoria da dependência, desenvolvida principalmente por economistas latino-americanos como Raúl Prebisch e Celso Furtado. Eles criticaram a visão tradicional do desenvolvimento econômico, que frequentemente negligenciava as relações de poder entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Prebisch, atuando pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), destacou as desigualdades estruturais que mantêm os países da periferia em uma posição de subordinação em relação ao centro econômico global. Celso Furtado complementou essa visão, analisando como a industrialização dependente perpetua a vulnerabilidade econômica e o subdesenvolvimento. As abordagens de Prebisch e Furtado são distintas da teoria da dependência marxista, que se desenvolveu como uma corrente crítica dentro da própria teoria da dependência, destacando a exploração capitalista e as dinâmicas imperialistas que perpetuam a desigualdade global⁷.

Outra teoria que se destacou foi a do desenvolvimento humano, promovida por economistas como Amartya Sen e Martha Nussbaum. Esta abordagem enfatiza a importância de expandir as capacidades e liberdades das pessoas, considerando fatores como saúde,

⁷ “O sociólogo brasileiro Ruy Mauro Marini contribuiu amplamente ao status teórico da dependência em seu exílio no Chile ao lado de Theotonio dos Santos e Vânia Bambirra desde 1965, postulando que a nova dependência peculiar ao imperialismo global era assentada no subdesenvolvimento industrial produtivo e técnico dos países periféricos, fortemente através de mecanismos de controle financeiro por razão de dívidas externas e fundamentalmente na superexploração da força de trabalho.”(LOUREIRO; DA CONCEIÇÃO; DA SILVA GOMES., p. 68, 2019)

educação e participação política como componentes essenciais do desenvolvimento, indo além das métricas econômicas tradicionais. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), é uma medida amplamente utilizada nesta perspectiva.

Além disso, a crescente preocupação com os impactos ambientais do crescimento econômico levou ao surgimento da teoria do desenvolvimento sustentável. Esta abordagem enfatiza a necessidade de equilibrar crescimento econômico, equidade social e proteção ambiental. O relatório *Nosso Futuro Comum* (1987), também conhecido como Relatório Brundtland, popularizou a definição de desenvolvimento sustentável como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades” (World Commission on Environment and Development, 1987)

Por fim, Amartya Sen ampliou ainda mais a compreensão do desenvolvimento ao introduzir a ideia de desenvolvimento como liberdade. Em sua obra *Desenvolvimento como Liberdade* (1999), Sen argumenta que o verdadeiro desenvolvimento ocorre quando as pessoas têm a liberdade de escolher entre diferentes formas de vida, destacando a importância das capacidades e direitos humanos como elementos centrais para o desenvolvimento.

Embora essas abordagens contemporâneas tenham contribuído significativamente para a compreensão do desenvolvimento econômico, elas também enfrentam críticas. Uma crítica comum é que a diversidade de teorias pode levar à fragmentação, dificultando a formulação de políticas coerentes e eficazes. Além disso, a multiplicidade de abordagens pode resultar em uma falta de consenso sobre as prioridades de desenvolvimento e as melhores práticas. Apesar dos avanços teóricos, muitas dessas abordagens ainda lutam para abordar de maneira eficaz as profundas desigualdades econômicas e sociais que persistem dentro e entre os países.

Em suma, a Teoria Contemporânea do Desenvolvimento oferece uma visão mais holística e interconectada do crescimento econômico e do progresso social, reconhecendo a complexidade e a diversidade das trajetórias de desenvolvimento. No entanto, ela também enfrenta desafios significativos na aplicação prática e na superação das desigualdades persistentes.

3. CAPÍTULO II: Desenvolvimentismo e Neodesenvolvimentismo no Brasil

Introdução

Neste capítulo, examinaremos a trajetória histórica do desenvolvimentismo e do Neodesenvolvimentismo no Brasil, desde suas origens até os impactos recentes. O objetivo é compreender como essas abordagens moldaram a economia brasileira, focando no papel do Estado na promoção do desenvolvimento, nas estratégias de industrialização, e na busca pela inclusão social. A estrutura será dividida em três partes: a primeira traçará as origens e evolução do desenvolvimentismo clássico; a segunda abordará a ascensão do Neodesenvolvimentismo durante os governos recentes; e a terceira parte fará uma comparação crítica entre as duas abordagens, destacando semelhanças, diferenças e seus impactos.

O conceito de desenvolvimento econômico abrange diversas interpretações ao longo da história do pensamento econômico. Inicialmente, as teorias clássicas de Adam Smith e David Ricardo enfatizavam a acumulação de capital e a divisão do trabalho como motores do crescimento. Posteriormente, a teoria neoclássica trouxe a ideia de alocação eficiente de recursos e o papel do progresso tecnológico no longo prazo. No século XX, a teoria keynesiana destacou a importância da demanda agregada e da intervenção estatal. Mais recentemente, o conceito de desenvolvimento sustentável dos contemporâneos passou a incorporar dimensões sociais e ambientais, reforçando a necessidade de um crescimento equilibrado que promova equidade e preservação dos recursos naturais.

Entre os conceitos que emergiram nas últimas décadas, o neodesenvolvimentismo destaca-se como uma proposta alternativa que busca conciliar elementos do liberalismo econômico com a necessidade de intervenção estatal. Diferente do modelo Neoliberal promovido pelo Consenso de Washington (KUCZYNSKI; WILLIAMSON, 2004, p. 285), que enfatiza a liberalização econômica e a redução do papel do Estado, o neodesenvolvimentismo propõe um caminho intermediário, onde a abertura ao mercado é combinada com políticas públicas ativas para promover o crescimento econômico sustentável e reduzir as desigualdades sociais (BRESSER-PEREIRA, 2004). O neoliberalismo é uma abordagem econômica e política que surgiu nas décadas de 1970 e 1980 como uma resposta às políticas de intervenção estatal e ao estado de bem-estar social predominantes no pós-Segunda Guerra Mundial. Fundamentado

nas ideias de economistas como Milton Friedman e Friedrich Hayek⁸, o neoliberalismo defende a redução do papel do Estado na economia, promovendo a liberalização dos mercados, a privatização de empresas estatais e a desregulamentação das atividades econômicas (PETERS, 1998, p. 352-354).

Assim, o Novo Desenvolvimentismo surge em um contexto de insatisfação com os resultados das políticas neoliberais adotadas por muitos países latino-americanos nas décadas de 1980 e 1990 (MARQUES DA SILVA, 2015, p. 557-584). Essas políticas, embora tenham promovido estabilidade econômica e controle da inflação em alguns casos, também resultaram em altas taxas de desemprego, aumento das desigualdades sociais e enfraquecimento da capacidade industrial. Nesse cenário, o neodesenvolvimentismo apresenta-se como uma alternativa que busca equilibrar a eficiência do mercado com a equidade social, através de um conjunto de políticas que incluem a promoção da indústria nacional, o investimento em infraestrutura, e o fortalecimento das instituições públicas (MOTA, 2012).

A proposta do neodesenvolvimentismo é influenciada por teorias econômicas clássicas que defendem o papel ativo do Estado no desenvolvimento econômico, como as ideias de Alexander Hamilton e Friedrich List. Hamilton, no final do século XVIII, e List, no século XIX, foram pioneiros ao argumentar que o Estado deve proteger e promover setores industriais estratégicos para garantir a independência econômica e o desenvolvimento de longo prazo. Essas ideias foram adaptadas e expandidas no contexto latino-americano pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), que enfatizou a necessidade de industrialização e reforma estrutural para superar os desafios do subdesenvolvimento e da dependência econômica (CASTELO, 2009).

O neodesenvolvimentismo, portanto, representa uma evolução das ideias econômicas tradicionais, ajustando-as às realidades contemporâneas de globalização e interdependência econômica. Ao integrar estratégias de mercado com políticas de desenvolvimento estatal, o Neodesenvolvimentismo oferece uma abordagem mais equilibrada, visando promover um crescimento econômico inclusivo e sustentável, que leva em conta as particularidades de cada país.

Na próxima seção, veremos a origem e a evolução do Desenvolvimentismo, desde suas raízes no Nacional-Desenvolvimentismo até o surgimento do Neodesenvolvimentismo.

⁸ Milton Friedman foi um economista americano, vencedor do prêmio Nobel de economia, defensor do liberalismo econômico e do livre mercado, conhecido por suas teorias sobre a inflação e a política monetária. Friedrich Hayek foi um economista e filósofo austríaco, vencedor do prêmio Nobel de economia, defensor do liberalismo clássico e crítico do socialismo, conhecido por suas teorias sobre a ordem espontânea e a importância da liberdade econômica.

Exploraremos as influências intelectuais que moldaram essa abordagem, como as ideias de Alexander Hamilton e Friedrich List, e seu desenvolvimento no contexto latino-americano, com destaque para os economistas Celso Furtado e Raúl Prebisch. Além disso, analisaremos a implementação prática das políticas desenvolvimentistas no Brasil, a partir da Era Vargas e sua continuidade nos governos subsequentes, até chegarmos à síntese proposta pelo neodesenvolvimentismo.

3.1 Origens e evolução do desenvolvimentismo

O neodesenvolvimentismo emerge como uma evolução das teorias econômicas que sustentaram os processos de desenvolvimento ao longo do século XX, especialmente na América Latina. Suas raízes intelectuais podem ser traçadas até o Nacional-Desenvolvimentismo, uma abordagem econômica que defendia a intervenção ativa do Estado na economia para promover a industrialização e reduzir a dependência de importações. Essa estratégia, influenciada por economistas, de períodos muito anteriores, como Alexander Hamilton (1790) e Friedrich List (1841), enfatizava o fortalecimento da indústria nacional e a proteção de mercados internos como meios essenciais para alcançar a independência econômica e o crescimento sustentável.

Alexander Hamilton foi um dos primeiros a defender a ideia de que um Estado forte e interventor é crucial para o desenvolvimento econômico. Suas propostas, elaboradas no final do século XVIII, incluíam políticas de proteção tarifária para indústrias nascentes, subsídios governamentais, e investimentos em infraestrutura como formas de incentivar o desenvolvimento industrial nos Estados Unidos. Hamilton acreditava que, sem essas intervenções, o setor manufatureiro dos EUA não poderia competir com as indústrias estabelecidas da Europa. Suas ideias formaram a base do pensamento econômico protecionista, que mais tarde influenciou políticas em várias nações em desenvolvimento (CANETTI; DE MENDONÇA, 2019).

Friedrich List (1841), por sua vez, expandiu essas ideias no contexto europeu, especificamente na Alemanha do século XIX. List argumentava que a liberdade econômica deveria ser reservada apenas para nações industrialmente avançadas. Para ele, os países em desenvolvimento precisavam de políticas de proteção que ajudassem suas economias a amadurecer e se preparar para competir em um mercado global. A obra de List, "Sistema Nacional de Economia Política", é considerada uma referência fundamental para o

entendimento do Nacional-Desenvolvimentismo e suas implicações na formulação de políticas públicas de desenvolvimento (AYROZA *et al*, 2021).

No contexto latino-americano, o Nacional-Desenvolvimentismo ganhou forma como uma resposta às condições econômicas e políticas específicas da região no período pós-Segunda Guerra Mundial. Sob a influência da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), liderada por Raúl Prebisch, a teoria destacou a necessidade de transformação estrutural das economias latino-americanas. Prebisch e seus colegas argumentaram que a industrialização era essencial para superar os ciclos de dependência de exportações primárias e os termos de troca desfavoráveis que perpetuavam a subordinação econômica ao Norte global. Para o economista brasileiro Celso Furtado “A dependência econômica é, na verdade, uma forma de dominação que se traduz na perda de autonomia das decisões econômicas, a qual, em última instância, reflete-se na subordinação política e cultural. (FURTADO, 1959, p. 113).

Os primeiros movimentos desenvolvimentistas no Brasil começaram a tomar forma na primeira metade do século XX, em um contexto global marcado pela Grande Depressão e a crescente necessidade de modernização econômica e social. A base do desenvolvimentismo brasileiro foi a industrialização, que era vista como essencial para romper com a dependência das exportações de produtos primários e alcançar um crescimento econômico sustentável (CANETTI; DE MENDONÇA, 2019). Complementando esta visão, Celso Furtado, em sua obra “Formação Econômica do Brasil” (1959), delineou a importância da industrialização como motor do desenvolvimento. Ele defendia que o Estado deveria desempenhar um papel ativo na coordenação dos investimentos e na proteção das indústrias nascentes, para superar as barreiras estruturais ao desenvolvimento (FURTADO, 1959, p.110).

A crise de 1929 e a subsequente Grande Depressão tiveram um impacto profundo nas economias latino-americanas, incluindo a brasileira. A queda abrupta nos preços das commodities e a redução drástica nas exportações forçaram os países a reavaliar suas estratégias econômicas. O Brasil, fortemente dependente da exportação de café, foi particularmente afetado. Esse cenário criou uma oportunidade para a implementação de políticas que visassem a industrialização e a diversificação da economia (FURTADO, 1961).

A implementação prática das políticas desenvolvimentistas começou a ganhar força na década de 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder. O Governo Provisório de Vargas (1930-1934) e o Estado Novo (1937-1945) marcaram o início de uma era de forte intervenção estatal na economia. A criação de empresas estatais, como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 1941, foi um passo crucial para a industrialização do país.

O período de Getúlio Vargas é frequentemente considerado o marco inicial do desenvolvimentismo no Brasil. Suas políticas econômicas visavam modernizar a estrutura produtiva do país, promovendo a industrialização e reduzindo a dependência das exportações de produtos primários. Durante a primeira fase de seu governo, Vargas adotou uma série de medidas para estimular a industrialização. Entre essas medidas, destacam-se a criação de empresas estatais, a implementação de políticas de substituição de importações e a promoção de uma infraestrutura industrial básica. No período de sua administração, Getúlio Vargas implementou uma série de políticas e ações que tiveram um impacto profundo na industrialização do Brasil. Um dos marcos dessa era foi a criação de empresas estatais, destacando-se a fundação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 1941, com o suporte dos Estados Unidos. A CSN desempenhou um papel crucial ao fornecer o aço necessário para o desenvolvimento industrial do país e simbolizou a capacidade do Estado de liderar grandes projetos industriais (BRAGA, 2009).

Além disso, Vargas adotou uma política de substituição de importações, que envolveu a implementação de tarifas protecionistas e outras barreiras comerciais para proteger as indústrias emergentes. Essa política visava reduzir a dependência de bens importados e incentivar a produção nacional, promovendo o crescimento de setores industriais no Brasil (FIORI, 2008).

Outro aspecto fundamental da estratégia de Vargas foi o significativo investimento em infraestrutura. Foram realizados grandes investimentos na construção de ferrovias, rodovias e usinas hidrelétricas. Esses projetos de infraestrutura eram essenciais para criar um ambiente propício ao desenvolvimento industrial, facilitando o transporte de matérias-primas e produtos e fornecendo a energia necessária para impulsionar a indústria. Esses esforços integrados contribuíram para o estabelecimento de uma base sólida para o crescimento econômico e a industrialização do Brasil. Já no seu segundo mandato (1951-1954), Vargas continuou a promover a industrialização através de uma abordagem ainda mais assertiva. Essa fase foi caracterizada por uma maior intervenção estatal e por esforços para diversificar a base industrial do país.

Durante o governo de Juscelino Kubitschek, o Plano de Metas, lançado em 1956, representou uma continuação e ampliação das políticas desenvolvimentistas iniciadas por Getúlio Vargas. O plano visava acelerar o crescimento econômico do Brasil por meio de investimentos significativos em setores estratégicos, incluindo energia, transporte, siderurgia e produtos químicos. Embora Kubitschek tenha liderado a implementação do plano, é importante

destacar que muitas das bases e diretrizes foram estabelecidas durante o segundo governo de Vargas, refletindo uma continuidade nas políticas de desenvolvimento econômico.

Outro marco importante foi a criação da Petrobrás em 1953, um evento que ocorreu durante o governo de Vargas. A Petrobras foi estabelecida como uma empresa estatal com o objetivo de explorar e desenvolver a indústria de petróleo do país. Esse passo foi crucial para reduzir a dependência de importações de petróleo e para promover a autonomia energética do Brasil, consolidando a posição do país como um player importante no setor energético (GALBRAITH, 1972).

Além de suas políticas voltadas para a industrialização e infraestrutura, Vargas também reconheceu a importância do capital humano para o desenvolvimento econômico. Durante seu governo, foram feitos esforços substanciais para melhorar a educação e a saúde pública através do Ministro da educação e saúde pública, Gustavo Capanema⁹. Esses investimentos visavam preparar a força de trabalho para atender às demandas de uma economia em rápida industrialização, sublinhando a compreensão de Vargas de que o progresso econômico dependia não apenas de recursos materiais, mas também de uma população bem treinada e saudável, Vargas destacava uma necessidade profunda de melhoria do ensino secundário no país, pois segundo ele, este era necessário para “formar o homem para todos os grandes setores da atividade nacional, construindo no seu espírito todo um sistema de hábitos, atitudes e comportamento que o habilitem a viver por si mesmo e a tomar, em qualquer situação, as decisões mais convenientes e seguras” (VARGAS, 1938, p. 229).

As políticas desenvolvimentistas de Vargas tiveram um impacto duradouro na economia brasileira. A industrialização do país progrediu significativamente, e a base econômica se diversificou, preparando o terreno para o crescimento econômico nas décadas seguintes. No entanto, essas políticas também enfrentaram desafios, como a necessidade de financiamento externo e os desequilíbrios macroeconômicos. A política de substituição de importações e os investimentos em infraestrutura levaram a uma diversificação significativa da economia brasileira. Novos setores industriais emergiram, reduzindo a dependência do país em relação às exportações de produtos primários (AYROZA *et al*, 2021).

As políticas de desenvolvimento também geraram desequilíbrios macroeconômicos, como inflação e déficits fiscais. A necessidade de financiamento externo para grandes projetos industriais também resultou em um aumento da dívida externa. Embora as políticas de Vargas

⁹Capanema via na educação um meio para modernização da sociedade, para o desenvolvimento do país, assim, por meio dela, seria obtido a formação do homem por completo no aspecto moral e intelectual (QUADROS; MACHADO, 2013, p. 64-65).

tenham sido fundamentais para a industrialização do Brasil, elas não foram isentas de críticas. Alguns economistas argumentam que a forte intervenção estatal criou distorções no mercado e ineficiências econômicas. Além disso, as políticas de substituição de importações muitas vezes levaram ao protecionismo excessivo, impedindo a competição e a inovação (CANETTI; DE MENDONÇA, 2019).

Durante o período de forte intervenção estatal e proteção das indústrias nascentes, surgiram algumas distorções de mercado significativas. A proteção oferecida pelas tarifas e barreiras comerciais, embora tenha sido fundamental para o desenvolvimento inicial das indústrias, também resultou em certas ineficiências. As empresas que se beneficiavam dessas proteções muitas vezes careciam de incentivos para inovar ou melhorar sua eficiência, já que estavam isoladas da competição direta e não enfrentavam as mesmas pressões que empresas em mercados mais abertos.

Muitos dos grandes projetos industriais empreendidos no Brasil durante essa fase foram fortemente dependentes de financiamento externo. Essa dependência de capital estrangeiro aumentou a vulnerabilidade econômica do país a crises internacionais, tornando-o suscetível a flutuações no ambiente financeiro global. A necessidade de manter o fluxo de investimentos externos expôs o Brasil a riscos associados a mudanças nas condições econômicas internacionais, o que poderia impactar negativamente o progresso dos projetos e a estabilidade econômica geral.

Assim, a origem e evolução do desenvolvimentismo no Brasil, especialmente durante os governos de Getúlio Vargas, representam um capítulo crucial na história econômica do país. As políticas desenvolvimentistas estabeleceram as bases para a industrialização e diversificação econômica, apesar dos desafios e críticas enfrentadas ao longo do caminho. A análise dessas políticas e seus impactos fornece uma compreensão mais profunda das dinâmicas econômicas e sociais que moldaram o Brasil moderno.

No entanto, o Neodesenvolvimentismo não é uma mera repetição das abordagens anteriores. Ele incorpora críticas e aprendizados dos fracassos do Nacional-Desenvolvimentismo, especialmente no que se refere às políticas de substituição de importações que levaram a desequilíbrios econômicos e crises de dívida na década de 1980. A nova abordagem propõe um “crescimento com inclusão social” que concilia a abertura econômica com um papel ativo do Estado na promoção do desenvolvimento industrial e na redução das desigualdades sociais.

Portanto, o Neodesenvolvimentismo representa uma síntese evolutiva que busca integrar o papel estratégico do Estado na economia com práticas mais abertas ao mercado, visando alcançar um desenvolvimento econômico sustentável e inclusivo. Ele responde aos desafios contemporâneos ao propor uma combinação de políticas que englobam a estabilização macroeconômica, a competitividade industrial e a justiça social, ao mesmo tempo em que critica as limitações das abordagens anteriores e do Neoliberalismo estrito do Consenso de Washington (COLOMBO, 2020).

3.2 A era do neodesenvolvimentismo

O conceito do neodesenvolvimentismo surge a partir do liberalismo enraizado, que em sua definição pode ser dado como um regime econômico internacional que permitia a liberdade de mercado enquanto concedia aos Estados a flexibilidade necessária para gerenciar suas economias internas (RUGGIE, 1982). Essa abordagem foi particularmente relevante no período do pós-Segunda Guerra Mundial, quando os países desenvolvidos, liderados pelos Estados Unidos, adotaram políticas que buscavam um equilíbrio entre o livre comércio internacional e intervenções internas voltadas para o pleno emprego e a proteção social (RUGGIE, 1982).

O neodesenvolvimentismo adota elementos deste modelo híbrido ao defender a necessidade de políticas públicas que não apenas facilitam a operação eficiente dos mercados, mas também intervenham ativamente para corrigir desigualdades e garantir estabilidade macroeconômica (BRESSER-PEREIRA, 2012). Esta abordagem reconhece que, embora o mercado tenha um papel crucial na alocação eficiente de recursos, ele por si só não é capaz de atender às necessidades de desenvolvimento sustentável e equitativo, especialmente em contextos de alta desigualdade social e econômica.

Assim como o Liberalismo Enraizado, o neodesenvolvimentismo sustenta que o Estado deve desempenhar um papel ativo na promoção da competitividade industrial e na mitigação das desigualdades sociais. No entanto, ao contrário de abordagens puramente neoliberais, que defendem uma retirada quase completa do Estado da economia, o neodesenvolvimentismo enfatiza que o Estado deve estar envolvido em áreas estratégicas, como infraestrutura, educação, inovação tecnológica e políticas de bem-estar social (SICSÚ *et al.*, 2005). O objetivo é criar um ambiente econômico que não só promova o crescimento, mas também distribua seus frutos de maneira mais equitativa.

Além disso, o neodesenvolvimentismo destaca que a estabilidade macroeconômica é um pré-requisito fundamental para o desenvolvimento. Isso implica a implementação de políticas fiscais e monetárias responsáveis, controle da inflação e manutenção de uma taxa de câmbio competitiva (WILLIAMSON, 2004). No entanto, essas políticas devem ser complementadas por estratégias de desenvolvimento de longo prazo que promovam a diversificação econômica e a industrialização. Através dessa abordagem, o neodesenvolvimentismo busca combinar a flexibilidade e a inovação dos mercados com a segurança e a equidade proporcionadas pela intervenção estatal.

O neodesenvolvimentismo pode ser visto como uma adaptação moderna do Liberalismo Enraizado, ajustada para os desafios específicos enfrentados pelas economias em desenvolvimento no século XXI. Ele reconhece que o desenvolvimento econômico sustentável e inclusivo exige um equilíbrio delicado entre a liberdade de mercado e a intervenção estatal, e propõe um caminho intermediário que busca aproveitar o melhor de ambos os mundos. Ao integrar os princípios do Liberalismo Enraizado, o neodesenvolvimentismo fornece uma estrutura teórica robusta para a formulação de políticas econômicas que promovam tanto o crescimento quanto a justiça social.

A era do neodesenvolvimentismo no Brasil, que ganhou força nas últimas décadas, é caracterizada pela retomada de algumas ideias desenvolvimentistas clássicas, adaptadas às novas condições e desafios econômicos do século XXI. Este movimento se distingue por um maior foco na inclusão social e na sustentabilidade, além de um papel mais ativo do Estado na promoção do desenvolvimento econômico. O neodesenvolvimentismo emergiu como uma resposta às limitações e falhas das políticas neoliberais adotadas durante os anos 1980 e 1990. Durante esse período, as reformas neoliberais focaram na liberalização econômica, privatizações e redução do papel do Estado na economia, resultando em crescimento econômico modesto e aumento das desigualdades sociais (MARGALHO, 2018).

Os defensores do neodesenvolvimentismo, como José Luís Oreiro e Luis Carlos Bresser-Pereira argumentam que o Estado deve assumir um papel central na coordenação do desenvolvimento econômico, promovendo políticas que incentivem a industrialização, a inovação tecnológica e a inclusão social. Inspirado pelas experiências bem-sucedidas dos tigres asiáticos e pelas teorias de economistas como Joseph Stiglitz e Dani Rodrik, o neodesenvolvimentismo busca combinar crescimento econômico com justiça social.

Durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) e Dilma Rousseff (2011-2016), o Brasil adotou uma série de políticas neodesenvolvimentistas que visavam revitalizar a economia e reduzir as desigualdades sociais. Essas políticas incluíram:

No contexto do Neodesenvolvimentismo, diversos programas e políticas foram implementados para promover o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Um dos marcos desse período foi o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 2007. Esse programa teve como principal objetivo a modernização da infraestrutura nacional, com investimentos significativos em setores fundamentais como transportes, energia e saneamento. A melhoria da infraestrutura foi considerada crucial para aumentar a competitividade da economia brasileira, facilitando o crescimento econômico e a integração nacional (BNDES, 2011).

Outra iniciativa importante foi o Plano Brasil Maior, seu objetivo inicial foi a criação de capacidades voltadas para a consolidação produtiva e tecnológica das cadeias de valor, mas a intensificação da concorrência internacional nos mercados interno e externo obrigou o plano a ser direcionado à defesa do mercado interno e à recuperação das condições de competitividade sistêmica (M. PRATES; FRITZ; DE PAULA, 2017, p. 206)

Em termos de inclusão social, programas como o Bolsa Família foram ampliados durante esse período. Este programa de transferência de renda direta às famílias mais pobres teve um impacto significativo na redução da pobreza e na melhoria dos indicadores sociais, contribuindo para uma maior equidade social e econômica. Este foi concebido para combater a pobreza extrema e alcançou uma cobertura quase completa de famílias muito pobres com crianças em idade escolar no país (M. PRATES; FRITZ; DE PAULA, 2017, p. 207).

Além disso, substanciais investimentos foram direcionados para a educação e a capacitação da força de trabalho. Programas como o Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) foram criados para aumentar a qualificação profissional dos trabalhadores brasileiros, preparando-os melhor para as demandas de um mercado de trabalho em evolução e aumentando a produtividade do país.

Os governos neodesenvolvimentistas também adotaram políticas monetárias e fiscais expansivas para estimular o crescimento econômico. A redução das taxas de juros e o aumento do gasto público foram medidas chave para incentivar o investimento e o consumo, buscando dinamizar a economia e enfrentar os desafios econômicos do período (ELI; BRESSER (ed.), 2007).

Essas estratégias e políticas ilustram a abordagem neodesenvolvimentista de integrar o papel estratégico do Estado com práticas de mercado para alcançar um desenvolvimento econômico sustentável e inclusivo, respondendo aos desafios contemporâneos e buscando superar as limitações das abordagens anteriores.

As políticas neodesenvolvimentistas tiveram impactos significativos na economia brasileira e na estrutura social do país. Durante os primeiros anos dos governos Lula, o Brasil experimentou um período de crescimento econômico robusto¹⁰. A combinação de alta demanda global por commodities e políticas internas de estímulo resultou em taxas de crescimento significativas. Programas sociais como o Bolsa Família contribuíram para a redução da pobreza extrema e para a diminuição das desigualdades de renda. Milhões de brasileiros saíram da pobreza, e a classe média cresceu substancialmente (ORGHIAN *et al*, 2018).

As políticas de incentivo à indústria e à infraestrutura ajudaram a criar milhões de empregos, reduzindo a taxa de desemprego a níveis historicamente baixos. Houve avanços significativos em indicadores sociais, como a redução da mortalidade infantil, aumento da expectativa de vida e melhora na educação básica (CHIORO, Arthur *et al.*, 2020, p. 44). No entanto, as políticas neodesenvolvimentistas também enfrentaram vários desafios e críticas:

A expansão dos gastos públicos sem o correspondente aumento das receitas levou a um aumento do déficit fiscal e da dívida pública. A sustentabilidade fiscal tornou-se uma preocupação crescente, especialmente durante o segundo mandato de Dilma Rousseff. A política monetária expansiva contribuiu para um aumento da inflação, que se tornou um problema persistente, especialmente a partir de 2013. O controle da inflação tornou-se um desafio crítico para a estabilidade econômica.

Embora houvesse um esforço para diversificar a economia, o Brasil continuou altamente dependente das exportações de commodities. A queda nos preços internacionais das commodities a partir de 2011 teve um impacto negativo significativo na economia brasileira. A combinação de escândalos de corrupção, problemas econômicos e instabilidade política culminou no impeachment de Dilma Rousseff em 2016. A crise política aprofundou os desafios econômicos, levando a um período de recessão e estagnação (DA SILVA, 2018).

As políticas neodesenvolvimentistas inicialmente resultaram em uma aceleração do crescimento econômico. O Brasil experimentou um crescimento médio anual de cerca de 4%

¹⁰“O período compreendido entre os anos de 2003 e 2008 foi marcado pela retomada do crescimento econômico. Neste período a taxa média de expansão do PIB foi da ordem de 4,2% a.a., praticamente o dobro da observada no período imediatamente anterior. Em 2009, em decorrência dos impactos negativos da crise financeira global, o PIB apresentou uma variação negativa de 0,6%, o que evidencia o impacto significativo da crise sobre a economia brasileira”. (CURADO, 2011, p. 92)

durante o primeiro mandato de Lula. Os investimentos em infraestrutura e indústria criaram um ambiente favorável para o aumento da capacidade produtiva e a diversificação econômica.

A redução da pobreza e a expansão da classe média impulsionaram o consumo interno, criando um ciclo virtuoso de crescimento econômico. O aumento do poder de compra das famílias beneficiadas por programas sociais como o Bolsa Família contribuiu significativamente para o dinamismo do mercado interno. As políticas neodesenvolvimentistas também buscaram reduzir as disparidades regionais. Investimentos em infraestrutura e programas sociais foram direcionados para as regiões mais pobres do país, contribuindo para um desenvolvimento mais equilibrado.

O incentivo ao desenvolvimento tecnológico e à inovação foi outro aspecto importante das políticas neodesenvolvimentistas. A criação de programas de apoio à pesquisa e desenvolvimento ajudou a impulsionar setores de alta tecnologia, como a indústria aeronáutica e a biotecnologia. Apesar dos avanços, os desafios estruturais da economia brasileira persistiram. A dependência de commodities, a rigidez do mercado de trabalho e a infraestrutura insuficiente continuaram a limitar o potencial de crescimento sustentável. Além disso, a crise política e econômica que culminou em 2016 revelou as fragilidades do modelo neodesenvolvimentista e a necessidade de reformas estruturais profundas (AYROZA *et al*, 2021).

A era do neodesenvolvimentismo no Brasil foi marcada por uma combinação de políticas econômicas que visavam promover o crescimento econômico sustentável e a inclusão social. Embora tenha alcançado resultados significativos, como a redução da pobreza e o aumento do emprego, também enfrentou desafios consideráveis, incluindo problemas fiscais, inflação e crises políticas. A análise dessa era é crucial para entender as lições aprendidas e para formular políticas futuras que possam promover um desenvolvimento econômico mais equilibrado e sustentável.

Embora o neodesenvolvimentismo tenha sido apresentado como uma alternativa viável ao Neoliberalismo e ao Nacional-Desenvolvimentismo, ele não está isento de críticas.

Uma das principais críticas ao neodesenvolvimentismo é sua dependência de políticas macroeconômicas tradicionais, como o controle da inflação, a manutenção de uma taxa de câmbio competitiva e a responsabilidade fiscal (BRESSER-PEREIRA, 2012). Embora essas políticas sejam importantes para a estabilidade econômica, críticos argumentam que elas não são suficientes para promover um crescimento verdadeiramente inclusivo. Em muitos casos, o foco excessivo na estabilidade macroeconômica pode levar a cortes em gastos sociais e

investimentos públicos, que são cruciais para reduzir desigualdades e promover um desenvolvimento sustentável (CHANG, 2004).

Além disso, alguns críticos apontam que o neodesenvolvimentismo ainda depende fortemente de intervenções estatais e subsídios para setores específicos, como a indústria de transformação, o que pode perpetuar ineficiências econômicas e distorções de mercado (RODRIK, 2006). Essa abordagem também pode favorecer determinados grupos econômicos, exacerbando desigualdades existentes em vez de reduzi-las. Ao manter práticas protecionistas e subsídios direcionados, o neodesenvolvimentismo pode acabar reforçando estruturas de poder e dependências econômicas que são prejudiciais a longo prazo para o desenvolvimento inclusivo.

Outro ponto de crítica é que o neodesenvolvimentismo pode, involuntariamente, perpetuar as mesmas desigualdades e dependências econômicas que se propõe a corrigir. Por exemplo, a ênfase em uma taxa de câmbio competitiva para promover exportações pode beneficiar setores exportadores tradicionais e de grande escala, enquanto setores menores ou emergentes, que poderiam impulsionar a inovação e o emprego local, permanecem marginalizados (GONÇALVES, 2012). Além disso, ao depender de uma intervenção estatal pesada, o neodesenvolvimentismo corre o risco de reproduzir práticas clientelistas e de captura do Estado por interesses privados, características que marcaram experiências desenvolvimentistas anteriores na América Latina.

Críticos também argumentam que o foco no crescimento econômico, ainda que combinado com políticas de equidade social, não aborda adequadamente questões estruturais, como a concentração de terras e recursos, a exclusão de grupos marginalizados, e a falta de investimentos em inovação e educação de base (PREBISCH, 1949). Sem mudanças estruturais profundas, o neodesenvolvimentismo pode simplesmente reciclar os mesmos problemas de subdesenvolvimento e dependência que marcaram a história econômica da região.

A sustentabilidade do neodesenvolvimentismo como modelo de desenvolvimento de longo prazo também é posta em dúvida. A estratégia de crescimento baseada na industrialização e no fortalecimento do setor exportador pode não ser sustentável em um mundo cada vez mais interconectado e sujeito a crises globais. Além disso, a dependência contínua de recursos naturais e commodities pode tornar os países vulneráveis a choques externos, como flutuações nos preços globais e mudanças nas políticas comerciais de parceiros estratégicos (WILLIAMSON, 2004).

Para que o neodesenvolvimentismo seja verdadeiramente uma alternativa sustentável ao Neoliberalismo, ele precisaria incorporar uma abordagem mais abrangente e inclusiva que vá além da estabilização macroeconômica e do crescimento industrial. Isso incluiria políticas voltadas para a inovação tecnológica, a diversificação econômica, a justiça ambiental e social, e a reforma agrária e educacional, para garantir que o crescimento seja sustentável e beneficie a maioria da população, e não apenas uma elite econômica.

Embora o neodesenvolvimentismo ofereça uma crítica válida ao Neoliberalismo¹¹ e proponha uma maior intervenção estatal para garantir o desenvolvimento econômico e social, ele não escapa das limitações inerentes a muitos modelos de desenvolvimento que o precederam. A eficácia e a sustentabilidade do neodesenvolvimentismo dependem de sua capacidade de promover reformas estruturais profundas e inclusivas que vão além da simples adaptação de políticas econômicas tradicionais. Sem essas reformas, há o risco de que o neodesenvolvimentismo se torne apenas mais uma iteração de tentativas falhas de alcançar um desenvolvimento econômico equitativo e sustentável na América Latina.

O Neodesenvolvimentismo emerge como uma abordagem econômica crítica e inovadora, propondo uma integração equilibrada entre a intervenção estatal e as práticas de mercado para promover um desenvolvimento sustentável e inclusivo. Ao contrário do neoliberalismo, que frequentemente promoveu a desregulamentação e a diminuição do papel do Estado, o Neodesenvolvimentismo defende uma participação ativa do governo na economia para superar as falhas e limitações das políticas neoliberais (GONÇALVES, 2012, p. 657-658).

3.4 Comparação entre Desenvolvimentismo e Neodesenvolvimentismo

A seguir, analisaremos os dois paradigmas econômicos que marcaram períodos distintos da história do Brasil: o desenvolvimentismo e o neodesenvolvimentismo. Embora ambos compartilhem a premissa de que o Estado desempenha um papel central na promoção do crescimento econômico e na transformação estrutural econômica, suas abordagens e contextos históricos diferem significativamente. Exploraremos suas similaridades e diferenças, destacando as estratégias de industrialização, políticas sociais, e as implicações fiscais e

¹¹“As formulações do novo desenvolvimentismo que surgem no Brasil apresentam-se como críticas ao Consenso de Washington, à ortodoxia convencional (monetarismo) e ao neoliberalismo”. (GONÇALVES, 2012, p. 664)

monetárias. Além disso, realizaremos uma análise crítica dos sucessos e desafios enfrentados por cada modelo ao longo do tempo.

Os dois paradigmas compartilham várias características fundamentais, começando pela ênfase na intervenção estatal. Tanto o desenvolvimentismo quanto o neodesenvolvimentismo colocam o Estado como o principal agente de desenvolvimento. No desenvolvimentismo, o governo desempenhou um papel central na industrialização através de políticas de substituição de importações, criação de empresas estatais e investimentos em infraestrutura. Da mesma forma, o neodesenvolvimentismo enfatiza a importância do Estado¹² na economia, promovendo políticas industriais, investimentos em infraestrutura e programas sociais para estimular o crescimento e reduzir desigualdades (CANETTI; DE MENDONÇA, 2019).

Outra similaridade é o foco na industrialização e diversificação econômica. O desenvolvimentismo tinha como principal objetivo a industrialização rápida e a diversificação da economia para reduzir a dependência de produtos primários de exportação. Grandes investimentos foram feitos em setores estratégicos como siderurgia e energia. No mesmo sentido, o neodesenvolvimentismo buscava diversificar a base econômica do país. Embora o contexto global e as estratégias específicas tenham mudado, o objetivo de reduzir a dependência de commodities e promover setores industriais e tecnológicos permaneceu constante.

Além disso, ambos os paradigmas colocaram uma forte ênfase no desenvolvimento de infraestrutura. Durante a era do desenvolvimentismo, a construção de infraestrutura foi uma prioridade, com a criação de estradas, ferrovias, usinas hidrelétricas e portos para apoiar o crescimento industrial. No neodesenvolvimentismo, programas como o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) continuaram essa tradição, visando modernizar e expandir a infraestrutura necessária para sustentar o crescimento econômico e a competitividade (ORGHIAN *et al*, 2018).

As políticas sociais também foram um ponto comum entre os dois paradigmas. Embora não tão central quanto no neodesenvolvimentismo, o desenvolvimentismo também teve componentes sociais, especialmente no governo Vargas, que implantou leis trabalhistas e programas de bem-estar social. Já o neodesenvolvimentismo colocou uma ênfase muito maior

¹² O papel do Estado no Neodesenvolvimentismo é fundamental para entender como essa abordagem econômica busca equilibrar as forças de mercado com a intervenção estatal. O Neodesenvolvimentismo defende que o Estado deve atuar como um agente ativo no desenvolvimento econômico, promovendo a industrialização, inovação tecnológica e inclusão social. Isso se contrasta com abordagens neoliberais que priorizam a redução da intervenção estatal e a liberalização econômica.

na inclusão social, com programas como o Bolsa Família, que foram cruciais para a redução da pobreza e da desigualdade de renda.

Apesar das similaridades, existem diferenças significativas entre os dois paradigmas. O contexto histórico e econômico em que surgiram é uma dessas diferenças. O desenvolvimentismo surgiu em um contexto de crise econômica global (Grande Depressão) e durante a era de ouro do capitalismo industrial. Foi uma resposta à necessidade de industrialização e independência econômica. Por outro lado, o neodesenvolvimentismo emergiu como uma reação às políticas neoliberais dos anos 1980 e 1990, em um contexto de globalização avançada e novos desafios econômicos e sociais. Foi influenciado pela necessidade de combinar crescimento com inclusão social e sustentabilidade.

As estratégias econômicas também diferem significativamente. O desenvolvimentismo enfatizou a substituição de importações como estratégia central, protegendo indústrias nascentes com tarifas e barreiras comerciais. A criação de empresas estatais e a nacionalização de setores estratégicos foram características marcantes. Em contraste, o neodesenvolvimentismo enfatizou políticas de incentivo à inovação, desenvolvimento tecnológico e diversificação econômica. Embora ainda utilizasse barreiras comerciais em alguns setores, houve um maior foco em políticas de fomento e parcerias público-privadas (DA SILVA, 2018).

Outra diferença crucial está na abordagem social. No desenvolvimentismo, a preocupação social era secundária, com foco principal na industrialização. No entanto, houve avanços em direitos trabalhistas e benefícios sociais básicos. No neodesenvolvimentismo, a inclusão social estava no centro das políticas, com programas amplos de transferência de renda, acesso à educação e saúde, visando reduzir a pobreza e desigualdade de forma mais abrangente.

As políticas monetária e fiscal também mostraram diferenças. Durante a era desenvolvimentista, as políticas monetárias e fiscais eram frequentemente direcionadas para apoiar a industrialização, muitas vezes resultando em inflação e desequilíbrios fiscais. Já no neodesenvolvimentismo, as políticas monetárias e fiscais eram mais complexas, tentando equilibrar crescimento com controle da inflação. A expansão fiscal foi usada para financiar programas sociais e investimentos em infraestrutura, mas enfrentou desafios significativos de sustentabilidade fiscal (MARGALHO, 2018).

Por fim, a integração internacional foi tratada de maneiras diferentes. O desenvolvimentismo teve uma abordagem mais protecionista, com foco na redução da dependência externa e na construção de uma economia autossuficiente. O

neodesenvolvimentismo, por outro lado, buscou uma maior integração com a economia global, promovendo exportações e atraindo investimentos estrangeiros diretos, enquanto tentava proteger e desenvolver a indústria nacional.

O desenvolvimentismo no Brasil, particularmente durante a era Vargas, foi um marco na transformação da economia brasileira de uma base agrária e exportadora para uma economia mais industrializada e diversificada. No entanto, essa abordagem obteve tanto sucessos quanto falhas críticas.

Um dos maiores sucessos do desenvolvimentismo foi a industrialização rápida. O desenvolvimentismo conseguiu transformar a estrutura econômica do Brasil, estabelecendo indústrias básicas e criando um setor industrial robusto. A construção de infraestrutura foi outro ponto positivo, com investimentos massivos que criaram as bases para o crescimento econômico futuro. Além disso, as reformas sociais e trabalhistas de Vargas contribuíram para uma maior estabilidade social, apesar das práticas autoritárias. Entretanto, o desenvolvimentismo também enfrentou falhas significativas. O protecionismo excessivo resultou em ineficiências econômicas e falta de competitividade internacional a longo prazo. A intervenção estatal massiva e os gastos públicos resultaram em inflação persistente e aumento da dívida pública. Além disso, a economia tornou-se excessivamente dependente do Estado, dificultando a criação de um setor privado dinâmico e inovador (ORGHIAN *et al*, 2018).

O neodesenvolvimentismo tentou corrigir algumas das falhas do desenvolvimentismo clássico, adaptando-se às novas realidades econômicas e sociais do século XXI. No entanto, também enfrentou desafios significativos. Entre os sucessos do neodesenvolvimentismo, destaca-se a redução da pobreza e desigualdade. Programas sociais como o Bolsa Família tiveram um impacto significativo na redução da pobreza extrema e na melhoria dos indicadores sociais. Houve períodos de crescimento econômico robusto, especialmente durante os primeiros mandatos de Lula, impulsionados por políticas de estímulo e alta demanda global por commodities. Além disso, a ampliação do acesso à educação, saúde e outros serviços públicos melhorou a qualidade de vida de milhões de brasileiros.

No entanto, o neodesenvolvimentismo também enfrentou falhas. O aumento dos gastos públicos sem um aumento correspondente das receitas levou a um aumento do déficit fiscal e da dívida pública, criando desafios de sustentabilidade a longo prazo. A expansão fiscal e monetária resultou em pressões inflacionárias, especialmente a partir de 2013, complicando a estabilidade econômica. A corrupção generalizada e a instabilidade política minaram a

confiança nas instituições e no modelo econômico, culminando no impeachment de Dilma Rousseff e na recessão econômica subsequente (ARAÚJO, 2017).

A comparação entre desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo revela tanto continuidades quanto inovações na busca pelo desenvolvimento econômico no Brasil. Ambos os paradigmas compartilharam a crença na importância do Estado como motor do desenvolvimento e na necessidade de industrialização e diversificação econômica. No entanto, divergiram em suas abordagens e estratégias, refletindo as mudanças nos contextos históricos e econômicos. O desenvolvimentismo foi crucial para a transformação inicial da economia brasileira, mas suas limitações se tornaram evidentes com o tempo. O neodesenvolvimentismo tentou aprender com essas lições, focando mais na inclusão social e na sustentabilidade, mas também enfrentou seus próprios desafios e críticas. Analisar essas duas eras é essencial para entender os caminhos do desenvolvimento econômico no Brasil e para formular políticas futuras que possam equilibrar crescimento, inclusão social e sustentabilidade (MARGALHO, 2018).

Esta análise abrangente destaca a complexidade das políticas econômicas e suas consequências, fornecendo uma base para debates futuros sobre o melhor caminho para o desenvolvimento econômico sustentável e inclusivo no Brasil.

O Nacional-Desenvolvimentismo, predominante na América Latina entre as décadas de 1930 e 1980, foi caracterizado por uma forte intervenção estatal, políticas de substituição de importações e um foco no desenvolvimento industrial como motor do crescimento econômico (PREBISCH, 1949). Este modelo buscava reduzir a dependência de exportações de commodities e estimular a formação de uma base industrial nacional por meio de protecionismo tarifário, subsídios governamentais e investimentos em infraestrutura.

O neodesenvolvimentismo compartilha com o Nacional-Desenvolvimentismo a ênfase em um papel ativo do Estado na economia, especialmente na promoção da industrialização e na proteção de setores estratégicos (BRESSER-PEREIRA, 2012). Ambos os modelos reconhecem a importância da diversificação econômica e da redução da vulnerabilidade externa como objetivos fundamentais de desenvolvimento. No entanto, o neodesenvolvimentismo busca corrigir algumas das falhas do Nacional-Desenvolvimentismo, como a ineficiência econômica e a criação de distorções de mercado associadas a políticas de substituição de importações rígidas e à excessiva proteção do mercado interno.

Diferente do Nacional-Desenvolvimentismo, o neodesenvolvimentismo propõe uma abordagem mais equilibrada entre a abertura ao comércio internacional e a proteção de setores

estratégicos. Ele advoga por uma taxa de câmbio competitiva, que favoreça as exportações e promova a industrialização, ao mesmo tempo em que reconhece a necessidade de políticas sociais inclusivas para lidar com desigualdades sociais (SICSÚ *et al.*, 2005). Além disso, o neodesenvolvimentismo enfatiza a importância da estabilidade macroeconômica, algo que não foi uma prioridade no modelo desenvolvimentista clássico, que muitas vezes levou a desequilíbrios fiscais e inflacionários.

O Consenso de Washington, formulado no final da década de 1980, representa uma abordagem neoliberal ao desenvolvimento econômico, centrada na liberalização econômica, desregulamentação, privatização, e em uma postura minimamente intervencionista do Estado na economia (WILLIAMSON, 2004). Esse modelo foi amplamente adotado na América Latina nas décadas de 1980 e 1990, especialmente em resposta às crises de dívida da região. Ele enfatizou a estabilização macroeconômica, com foco em políticas de austeridade fiscal, controle da inflação, e liberalização comercial e financeira.

O neodesenvolvimentismo se distancia das políticas neoliberais do Consenso de Washington ao criticar a retirada do Estado da economia e o foco excessivo na austeridade fiscal e na liberalização irrestrita (BRESSER-PEREIRA, 2012). Ao contrário do Consenso de Washington, o neodesenvolvimentismo defende uma intervenção estatal estratégica para promover o desenvolvimento industrial, assegurar a estabilidade macroeconômica e reduzir as desigualdades sociais. No entanto, o neodesenvolvimentismo incorpora alguns elementos do Consenso de Washington, como a importância da responsabilidade fiscal e da necessidade de manter a inflação sob controle, o que reflete uma preocupação comum com a estabilidade econômica (RODRIK, 2006).

Uma crítica importante é que, ao incorporar aspectos como a responsabilidade fiscal e o controle da inflação, o neodesenvolvimentismo pode, em alguns casos, replicar os mesmos problemas associados ao Consenso de Washington, como o foco excessivo na estabilidade macroeconômica em detrimento de políticas de crescimento inclusivo (CHANG, 2004). Além disso, o neodesenvolvimentismo também enfrenta o desafio de equilibrar a abertura ao mercado com a proteção de setores estratégicos, sem cair nas armadilhas do protecionismo excessivo ou da dependência de intervenções estatais que podem gerar distorções e ineficiências econômicas.

Em termos de convergências, tanto o neodesenvolvimentismo quanto o Nacional-Desenvolvimentismo reconhecem o papel crucial do Estado no desenvolvimento econômico, especialmente em economias em desenvolvimento que enfrentam desafios estruturais. Ambos

ênfatisam a importância de políticas industriais, de investimento público em infraestrutura e da regulação de fluxos de capital para assegurar a estabilidade econômica.

No entanto, o neodesenvolvimentismo diverge do Nacional-Desenvolvimentismo ao propor uma integração mais equilibrada ao mercado global, evitando o isolamento econômico e a autossuficiência excessiva que caracterizaram o modelo desenvolvimentista clássico. Em relação ao Consenso de Washington, a principal divergência reside na visão sobre o papel do Estado: enquanto o Consenso de Washington promove uma abordagem de mercado livre com mínima intervenção estatal, o neodesenvolvimentismo defende uma intervenção ativa e estratégica do Estado para garantir não apenas o crescimento, mas também a equidade social e a sustentabilidade econômica.

Em conclusão, o neodesenvolvimentismo representa um esforço para encontrar um meio-termo entre as abordagens mais intervencionistas do Nacional-Desenvolvimentismo e as políticas de mercado livre do Consenso de Washington. Ele busca aprender com as falhas de ambos os modelos, propondo uma abordagem que combina a estabilidade macroeconômica com políticas industriais estratégicas e inclusão social. No entanto, sua eficácia dependerá de como essas políticas são implementadas na prática e de sua capacidade de evitar os erros dos modelos anteriores, promovendo um desenvolvimento que seja ao mesmo tempo sustentável, inclusivo e economicamente eficiente.

4. CAPÍTULO III: Desenvolvimentismo Hoje: uma discussão mais concreta

Introdução

Neste capítulo, abordaremos o estado atual do desenvolvimentismo no Brasil, analisando suas características, contradições e a sua relevância no contexto econômico recente. O objetivo é entender como as políticas desenvolvimentistas têm se adaptado às novas demandas sociais e econômicas, além de explorar suas implicações para o crescimento sustentável e a inclusão social. A estrutura do capítulo será dividida da seguinte maneira: a primeira discutirá o contexto atual do desenvolvimentismo, o segundo aborda a questão do desenvolvimento sustentável princípios fundamentais do desenvolvimentismo, as políticas atuais implementadas e seus impactos, e a terceira avaliará os desafios que permanecem e as perspectivas futuras para o Brasil nesse modelo econômico.

4.1. Contexto Atual

O Brasil de hoje se encontra em uma “encruzilhada” econômica e social, marcada por uma necessidade urgente de retomar o crescimento econômico sustentado, reduzir desigualdades sociais e enfrentar questões ambientais¹³. A pandemia de COVID-19 exacerbou muitos dos problemas preexistentes, como a pobreza, o desemprego e a desigualdade, ao mesmo tempo que criou novos desafios, incluindo a recuperação econômica pós-pandemia e a adaptação às mudanças tecnológicas aceleradas¹⁴. A crise sanitária global trouxe à tona a vulnerabilidade de sistemas econômicos e sociais que não estavam preparados para lidar com uma emergência dessa magnitude. No Brasil, os impactos foram profundos, revelando fragilidades estruturais que demandam uma resposta robusta e coordenada. O desafio agora é não apenas reconstruir o que foi perdido, mas também promover um desenvolvimento que seja mais inclusivo, sustentável e resiliente.

¹³ CASTRO, Augusto. Desigualdade trava desenvolvimento social e econômico do Brasil, aponta debate. 23 maio 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/05/23/desigualdade-trava-desenvolvimento-social-e-economico-do-brasil-aponta-debate.>; GEMANAQUE, Adrimauro. A pandemia agravou a desigualdade de renda e a pobreza no Brasil | CEE Fiocruz. 27 maio 2021. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=a-pandemia-agravou-a-desigualdade-de-renda-e-a-pobreza-no-brasil>. Acesso em 26 set. 2024. Acesso em 26 set. 2024

¹⁴ DE SOUZA MEIRELLES, Fernando. Pandemia acelerou processo de transformação digital das empresas no Brasil, revela pesquisa. 26 maio 2022. Disponível em: <https://portal.fgv.br/noticias/pandemia-acelerou-processo-transformacao-digital-empresas-brasil-revela-pesquisa>. Acesso em 26 set. 2024

As políticas desenvolvimentistas do período recente precisam ser adaptadas para enfrentar esses problemas complexos. A industrialização continua sendo um pilar essencial do desenvolvimentismo. Contudo, a abordagem moderna deve enfatizar a inovação tecnológica e a digitalização. Sabe-se que o Brasil possui um grande potencial para desenvolver setores como tecnologia da informação, biotecnologia, energias renováveis e agricultura de precisão. Incentivos fiscais, investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) e parcerias público-privadas são cruciais para promover a inovação e aumentar a competitividade internacional.

O setor de tecnologia da informação (TI) no Brasil tem mostrado um crescimento significativo nos últimos anos¹⁵, mas ainda há um vasto potencial inexplorado. A transformação digital é uma necessidade premente para todas as indústrias, e o governo pode desempenhar um papel vital ao criar um ambiente que favoreça a inovação tecnológica.

Para impulsionar a TI, é essencial investir em infraestrutura digital, como a expansão do acesso à internet de alta velocidade, especialmente em áreas rurais e regiões menos desenvolvidas. Programas governamentais podem oferecer subsídios e incentivos fiscais para empresas de TI que invistam em pesquisa e desenvolvimento, promovendo a criação de novos produtos e serviços tecnológicos. Vale ressaltar que é preciso fomentar startups e pequenas empresas de tecnologia através de incubadoras e aceleradoras pode ser uma estratégia eficaz para estimular a inovação e a competitividade no setor.

A biotecnologia é outra área com um enorme potencial de crescimento. O Brasil, com sua vasta biodiversidade, está em uma posição única para se tornar um líder global em biotecnologia. Aplicações em saúde, agricultura e meio ambiente podem transformar a economia do país. O desenvolvimento de novas drogas, tratamentos e vacinas pode beneficiar diretamente a população brasileira, além de gerar receitas significativas através da exportação. Na agricultura, a biotecnologia pode melhorar a produtividade e a sustentabilidade, desenvolvendo culturas mais resistentes a pragas e mudanças climáticas. Para isso, é fundamental que o governo incentive a colaboração entre universidades, institutos de pesquisa e a indústria privada, fornecendo financiamento e apoio regulatório.

Destarte, o Brasil tem um dos maiores potenciais do mundo para energias renováveis, como solar, eólica, hidrelétrica e biomassa (BONDARIK; PILATTI; HORST, 2018, p. 680-

¹⁵ RECK, Janriê Rodrigues; HÜBNER, Bruna Henrique. A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DO ESTADO: DIGITALIZAÇÃO DO GOVERNO E DOS SERVIÇOS PÚBLICOS NO BRASIL. Revista Eletrônica Direito e Política, v. 16, n. 3, p. 1075-1096, 20 dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.14210/rdp.v16n3.p1075-1096>. Acesso em: 26 set. 2024.; SALLES, Profa Me Claudia Maria Sodero. TRANSFORMAÇÃO DIGITAL EM TEMPOS DE PANDEMIA. Revista Estudos e Negócios Academicos, v. 1, n. 1, p. 91-100, 25 jan. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.58941/26760460/v1.n1.22>. Acesso em: 27 set. 2024.

688). Aproveitar esses recursos não só ajudará a diversificar a matriz energética, mas também contribuirá para a redução das emissões de gases de efeito estufa e a mitigação das mudanças climáticas. Iniciativas para promover o investimento em energias renováveis incluem a criação de um marco regulatório claro e favorável, subsídios para projetos de energia limpa e incentivos fiscais para empresas que invistam em tecnologias verdes. Além do mais, o desenvolvimento de redes inteligentes (*smart grids*) pode melhorar a eficiência energética e integrar melhor as fontes de energia renovável na rede elétrica nacional (MELO ARAÚJO, *et al*, 2017).

A agricultura de precisão utiliza tecnologias como GPS, sensores e big data para aumentar a eficiência e a produtividade agrícola. O Brasil, sendo um dos maiores produtores agrícolas do mundo, pode se beneficiar enormemente da adoção dessas tecnologias. Para promover a agricultura de precisão, o governo pode investir em infraestrutura tecnológica rural, como redes de comunicação e sistemas de monitoramento. Programas de capacitação e treinamento para agricultores sobre o uso dessas tecnologias também são essenciais. Além disso, incentivos fiscais e financiamento acessível podem ajudar os pequenos e médios agricultores a adotarem práticas de agricultura de precisão (MARGALHO, 2018).

A sustentabilidade ambiental é uma preocupação central no desenvolvimentismo atualmente¹⁶. Políticas que promovam o desenvolvimento econômico sustentável são essenciais para equilibrar crescimento e preservação ambiental. Isso inclui o incentivo a práticas agrícolas sustentáveis, o desenvolvimento de energias renováveis e a implementação de políticas rigorosas de conservação ambiental. A agricultura sustentável busca aumentar a produção agrícola ao mesmo tempo que preserva o meio ambiente e os recursos naturais. No Brasil, isso pode ser alcançado através de técnicas como a agroecologia, a rotação de culturas, o manejo integrado de pragas e a conservação do solo e da água (LOPES DO CARMO *et al*, 2021, p.88-110).

Políticas governamentais podem apoiar essas práticas através de programas de extensão rural que forneçam treinamento e assistência técnica aos agricultores. Incentivos fiscais para práticas agrícolas sustentáveis e a criação de mercados para produtos agrícolas orgânicos e sustentáveis também podem promover a adoção dessas práticas. Como mencionado anteriormente, o Brasil tem um grande potencial para energias renováveis. Investir em energia

¹⁶ No ano de 2023, o tema “Novo Desenvolvimentismo: Políticas públicas para inovação, inclusão social e sustentabilidade ambiental” foi tema de workshops de economia, mostrando a preocupação recente com o tema. Ver em: CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA. Novo Desenvolvimentismo: Políticas públicas para inovação, inclusão social e sustentabilidade ambiental. Disponível em: <https://www.cofecon.org.br/2023/06/28/novo-desenvolvimentismo-politicas-publicas-para-inovacao-inclusao-social-e-sustentabilidade-ambiental/>. Acesso em: 27 set. 2024.

solar, eólica e biomassa não só ajuda a diversificar a matriz energética, mas também cria empregos e promove o desenvolvimento regional ¹⁷

Além dos incentivos fiscais e subsídios, o governo pode promover parcerias público-privadas para o desenvolvimento de projetos de energia renovável. A criação de uma infraestrutura adequada para a integração dessas fontes de energia na rede elétrica também é crucial. A conservação ambiental é essencial para garantir o desenvolvimento sustentável. Políticas de conservação devem focar na proteção de áreas naturais, na recuperação de ecossistemas degradados e na preservação da biodiversidade. O governo pode implementar programas de pagamento por serviços ambientais (PSA), onde proprietários de terras são compensados por práticas que preservem ou recuperem ecossistemas. Além disso, é importante fortalecer a fiscalização ambiental e aumentar as penalidades para crimes ambientais.

A inclusão social permanece uma prioridade. Programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, devem ser mantidos e ampliados, ao mesmo tempo que se desenvolvem políticas para melhorar a qualidade da educação e da saúde. A formação profissional e o aumento da qualificação da força de trabalho são fundamentais para reduzir o desemprego e promover a mobilidade social. Programas como o Bolsa Família têm sido fundamentais para reduzir a pobreza e a desigualdade no Brasil. A continuidade e a ampliação desses programas são essenciais para garantir que as populações mais vulneráveis tenham acesso a uma renda mínima (CANETTI; DE MENDONÇA, 2019).

Além das transferências diretas de renda, é importante integrar esses programas com políticas de capacitação profissional e acesso a serviços básicos, como educação e saúde, para promover a emancipação econômica e social das famílias beneficiadas. A melhoria da qualidade da educação é crucial para o desenvolvimento a longo prazo. Isso inclui desde a educação básica até o ensino superior e técnico. Investimentos em infraestrutura escolar, formação de professores e currículos atualizados são essenciais. Programas de bolsas de estudo e financiamento estudantil devem ser ampliados para garantir que todos os estudantes tenham acesso à educação de qualidade, independentemente de sua condição socioeconômica. A

¹⁷ O Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), criado pelo Governo Federal em 26 de abril de 2002 pela Lei nº10.43888, implantou um total de 119 empreendimentos, constituído por 41 eólicas, 59 pequenas centrais hidrelétricas e 19 térmicas a biomassa, contribuindo para a diversificação da matriz energética nacional, e fomentou na geração de cerca de 150 mil empregos diretos e indiretos em todo o país. Estima-se que o programa possibilita a redução de emissões de gases de efeito estufa equivalente a aproximadamente 2,5 milhões de toneladas de CO₂ ao/ano. (PEREIRA DUARTE, 2014)

parceria com o setor privado para a criação de programas de estágio e treinamento também pode ajudar a preparar os estudantes para o mercado de trabalho¹⁸

A saúde pública de qualidade é outro pilar da inclusão social. Investimentos em hospitais, clínicas e programas de saúde preventiva são essenciais para garantir o bem-estar da população. O fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) é crucial. Isso inclui aumentar o financiamento, melhorar a gestão e garantir que os serviços de saúde estejam disponíveis e acessíveis a todos os brasileiros. Programas de saúde preventiva, como vacinação e campanhas de conscientização sobre doenças crônicas, também são importantes para reduzir a carga sobre o sistema de saúde (LEAL PEREIRA *et al.*, 2024, p. 64-80).

A formação profissional e a qualificação da força de trabalho são fundamentais para reduzir o desemprego e promover a mobilidade social. Programas de capacitação devem ser acessíveis a todos, com ênfase nas habilidades necessárias para os setores de crescimento, como tecnologia, saúde e energias renováveis. Parcerias com empresas podem ajudar a identificar as necessidades de habilidades e desenvolver programas de treinamento que preparem os trabalhadores para os empregos do futuro. Programas de aprendizagem e estágio também podem fornecer experiência prática e melhorar a empregabilidade dos jovens (MARGALHO, 2018).

Investimentos em infraestrutura são vitais para suportar o crescimento econômico. A modernização das redes de transporte, energia e telecomunicações deve ser uma prioridade. Programas como o PAC precisam ser reavaliados e adaptados às necessidades atuais, garantindo a eficiência e a sustentabilidade dos projetos. O desenvolvimento de uma rede de transporte eficiente é essencial para a competitividade econômica. Isso inclui a construção e manutenção de estradas, ferrovias, portos e aeroportos. A integração entre diferentes modos de transporte pode reduzir custos logísticos e melhorar a eficiência.

O governo pode incentivar investimentos em infraestrutura de transporte através de parcerias público-privadas e concessões. A modernização das ferrovias, por exemplo, pode reduzir a dependência do transporte rodoviário e diminuir os custos de transporte de mercadorias. Uma rede de energia confiável e eficiente é fundamental para o crescimento econômico. Isso inclui a modernização das usinas de geração de energia, a expansão da rede de distribuição e a integração de fontes de energia renovável. O governo também pode promover investimentos em infraestrutura energética através de incentivos fiscais e subsídios para

¹⁸ O Programa Jovem Aprendiz regulamentado pela Lei nº 10.097/2000 e ampliado pelo Decreto Federal nº 5.598/2005, é atualmente a política mais atuante neste segmento. (BRAGA BELMIRO; LUCENA, 2020, p. 1-22)

projetos de energia renovável. A criação de um marco regulatório claro e estável também pode atrair investimentos privados (ORGHIAN *et al*, 2018).

A infraestrutura de telecomunicações é crucial para a economia digital. A expansão da banda larga e a melhoria da conectividade são essenciais para promover a inovação e a competitividade. O governo pode incentivar investimentos em infraestrutura de telecomunicações através de subsídios e incentivos fiscais. Parcerias com empresas de telecomunicações podem ajudar a expandir o acesso à internet de alta velocidade, especialmente em áreas rurais e regiões menos desenvolvidas.

Para implementar eficazmente as políticas desenvolvimentistas, é necessário um ambiente institucional forte e eficiente. Reformas institucionais que combatam a corrupção, melhorem a governança e aumentem a transparência são essenciais. A confiança nas instituições públicas é crucial para o sucesso de qualquer política econômica. A corrupção é um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento econômico e social. A implementação de políticas rigorosas de combate à corrupção é essencial para garantir a transparência e a eficiência do governo.¹⁹

Isso inclui a criação de órgãos independentes de fiscalização, o fortalecimento das instituições judiciais e a implementação de leis rígidas contra a corrupção. A participação da sociedade civil e a transparência na gestão pública também são fundamentais. A melhoria da governança é crucial para garantir a implementação eficaz das políticas desenvolvimentistas. Isso inclui a modernização da administração pública, a capacitação de servidores públicos e a implementação de sistemas de gestão eficientes. O governo pode promover a governança eficiente através de programas de capacitação e treinamento para servidores públicos, a implementação de tecnologias de gestão e a criação de mecanismos de avaliação e monitoramento de políticas públicas (DA SILVA, 2018).

A transparência na gestão pública é essencial para garantir a confiança da população e a eficiência das políticas governamentais. Isso inclui a publicação de dados e informações sobre a gestão pública, a participação da sociedade civil na elaboração de políticas e a criação de mecanismos de controle social. O governo pode promover a transparência através da implementação de plataformas digitais de transparência, a realização de audiências públicas e a criação de conselhos de participação social (BANDEIRA; RONCATO, 2019).

¹⁹ “A corrupção, por exemplo, representa um desafio significativo, sendo necessário identificar e combater desvios de recursos e práticas ilícitas que comprometem a integridade da gestão pública. Além disso, as limitações operacionais dos órgãos de controle externo, como a falta de recursos adequados e a resistência por parte dos gestores públicos, podem comprometer a realização de suas atividades de maneira eficiente.” (SILVA; ALVES, 2023, p. 4494)

O desenvolvimentismo hoje deve ser visto como um quadro dinâmico e adaptável, capaz de enfrentar os desafios complexos do século XXI. Ao combinar lições do passado com inovações modernas, o Brasil pode usar os princípios desenvolvimentistas para promover um crescimento econômico inclusivo, sustentável e equitativo. Políticas que integrem industrialização, inovação tecnológica, sustentabilidade ambiental, inclusão social e reformas institucionais são essenciais para criar um futuro próspero para todos os brasileiros.

Esta análise destaca a importância de uma abordagem integrada e multidimensional para o desenvolvimento econômico, que reconheça as interdependências entre crescimento econômico, sustentabilidade ambiental e inclusão social. Ao adotar essas políticas, o Brasil pode não apenas superar os desafios atuais, mas também construir uma base sólida para um desenvolvimento sustentável e equitativo no longo prazo.

4.2. Desenvolvimento Sustentável

A sustentabilidade ambiental é uma preocupação central no desenvolvimentismo contemporâneo. Políticas que promovam o desenvolvimento econômico sustentável são essenciais para equilibrar crescimento e preservação ambiental (PALETTA, 2015). Isso inclui o incentivo a práticas agrícolas sustentáveis, o desenvolvimento de energias renováveis e a implementação de políticas rigorosas de conservação ambiental (DA CUNHA, 2012). A agricultura sustentável busca aumentar a produção agrícola ao mesmo tempo que preserva o meio ambiente e os recursos naturais. No Brasil, isso pode ser alcançado através de técnicas como a agroecologia, a rotação de culturas, o manejo integrado de pragas e a conservação do solo e da água.

Políticas governamentais podem apoiar essas práticas através de programas de extensão rural que forneçam treinamento e assistência técnica aos agricultores. Esses programas devem ser robustos e acessíveis, garantindo que os pequenos e médios agricultores tenham os recursos e conhecimentos necessários para adotar práticas agrícolas sustentáveis. Incentivos fiscais para práticas agrícolas sustentáveis e a criação de mercados para produtos agrícolas orgânicos e sustentáveis também podem promover a adoção dessas práticas (AVANZI *et al*, 2020).

Um exemplo bem-sucedido de prática agrícola sustentável é o Sistema de Plantio Direto (SPD), que minimiza a perturbação do solo, preservando sua estrutura e fertilidade. Além de melhorar a produtividade, o SPD reduz a erosão e a degradação do solo, contribuindo para a

sustentabilidade a longo prazo. Outro exemplo é a integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF), que combina atividades agrícolas, pecuárias e florestais em uma mesma área, promovendo a biodiversidade e o uso eficiente dos recursos naturais (GRAMINHA; AFONSO, 2022).

Como mencionado anteriormente, o Brasil tem um grande potencial para energias renováveis. Investir em energia solar, eólica e biomassa não só ajuda a diversificar a matriz energética, mas também cria empregos e promove o desenvolvimento regional. Além dos incentivos fiscais e subsídios, o governo pode promover parcerias público-privadas para o desenvolvimento de projetos de energia renovável. A criação de uma infraestrutura adequada para a integração dessas fontes de energia na rede elétrica também é crucial. O desenvolvimento de energias renováveis deve ser integrado com políticas de eficiência energética para maximizar os benefícios ambientais e econômicos. Isso inclui o incentivo ao uso de tecnologias de baixo consumo energético, como lâmpadas LED e eletrodomésticos eficientes. Programas de financiamento para melhorias de eficiência energética em residências e empresas podem reduzir o consumo de energia e as emissões de gases de efeito estufa (MELO ARAÚJO *et al*, 2017).

A conservação ambiental é essencial para garantir o desenvolvimento sustentável. Políticas de conservação devem focar na proteção de áreas naturais, na recuperação de ecossistemas degradados e na preservação da biodiversidade. O governo pode implementar programas de pagamento por serviços ambientais (PSA), onde proprietários de terras são compensados por práticas que preservem ou recuperem ecossistemas. Além disso, é importante fortalecer a fiscalização ambiental e aumentar as penalidades para crimes ambientais (MARGALHO, 2018).

A intersecção entre economia e sustentabilidade tem ganhado crescente atenção nas últimas décadas, à medida que a sociedade se conscientiza dos limites dos recursos naturais e das consequências das mudanças climáticas. Atualmente, a economia discute a sustentabilidade em várias frentes, envolvendo conceitos como economia circular, desenvolvimento sustentável e responsabilidade social corporativa.

Um dos modelos mais promissores que emergem nesse contexto é a economia circular, que visa minimizar desperdícios e maximizar a reutilização de recursos. Em vez do tradicional modelo linear de “extrair, produzir, descartar”, a economia circular propõe que produtos sejam desenhados para serem recicláveis e que os materiais sejam mantidos em uso pelo maior tempo possível. Isso não apenas reduz a pressão sobre os recursos naturais, mas também pode criar novas oportunidades de negócios e empregos (LEITÃO, 2015, p. 157-160).

O conceito de desenvolvimento sustentável, que busca equilibrar crescimento econômico, inclusão social e conservação ambiental, é central nas discussões econômicas contemporâneas. Organizações internacionais, como a ONU, promovem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como um guia para políticas públicas e práticas empresariais. A implementação dos ODS desafia governos e empresas a adotarem práticas que beneficiem tanto a economia quanto o meio ambiente, reconhecendo que a prosperidade a longo prazo depende da saúde do planeta.

As empresas também estão sendo cada vez mais pressionadas a adotar práticas de responsabilidade social corporativa. A RSC implica que as empresas não devem apenas focar no lucro, mas também considerar seu impacto social e ambiental. Isso inclui práticas como a redução da pegada de carbono, a promoção de condições de trabalho justas e o envolvimento com as comunidades locais. Os consumidores, especialmente as gerações mais jovens, estão se tornando mais exigentes quanto à transparência e às práticas sustentáveis das marcas, o que força as empresas a se adaptarem.

Outro aspecto importante é a crescente popularidade dos investimentos sustentáveis. Os investidores estão cada vez mais buscando aplicar seus recursos em empresas e projetos que tenham um impacto positivo no meio ambiente e na sociedade. Isso tem levado à criação de fundos de investimento focados em critérios ESG (ambientais, sociais e de governança), que não apenas buscam retorno financeiro, mas também avaliam o impacto social e ambiental das empresas (BAHI, 2023)

Apesar dos avanços, a integração da sustentabilidade na economia enfrenta desafios significativos. A resistência a mudanças, a necessidade de investimentos iniciais e a falta de regulamentação clara são barreiras que ainda precisam ser superadas. No entanto, as oportunidades que surgem com a transição para uma economia mais sustentável são vastas, incluindo inovações tecnológicas, novas indústrias e a possibilidade de um futuro mais resiliente e equitativo.

A discussão econômica contemporânea sobre sustentabilidade está em constante evolução, refletindo a necessidade urgente de encontrar soluções que equilibrem crescimento econômico e proteção ambiental. À medida que mais pessoas, empresas e governos reconhecem a importância da sustentabilidade, há um potencial real para transformar a economia global em uma força para o bem, beneficiando não apenas a geração atual, mas também as futuras.

A integração entre saúde e educação pode ser promovida através de programas que incentivem hábitos saudáveis desde a infância, como alimentação balanceada e prática regular

de atividades físicas. Além disso, a telemedicina pode expandir o acesso a cuidados médicos em áreas remotas, reduzindo desigualdades regionais no acesso à saúde. A formação profissional e a qualificação da força de trabalho são fundamentais para reduzir o desemprego e promover a mobilidade social. Programas de capacitação devem ser acessíveis a todos, com ênfase nas habilidades necessárias para os setores de crescimento, como tecnologia, saúde e energias renováveis. Parcerias com empresas podem ajudar a identificar as necessidades de habilidades e desenvolver programas de treinamento que preparem os trabalhadores para os empregos do futuro. Programas de aprendizagem e estágio também podem fornecer experiência prática e melhorar a empregabilidade dos jovens. Investir em programas de requalificação para trabalhadores que perderam seus empregos devido à automação e outras mudanças tecnológicas é essencial para garantir que eles possam se reintegrar ao mercado de trabalho. A educação continuada e a aprendizagem ao longo da vida devem ser incentivadas para que os trabalhadores possam se adaptar às mudanças rápidas no mercado de trabalho (AVANZI *et al*, 2020).

Investimentos em infraestrutura são vitais para suportar o crescimento econômico. A modernização das redes de transporte, energia e telecomunicações deve ser uma prioridade. Programas como o PAC precisam ser reavaliados e adaptados às necessidades atuais, garantindo a eficiência e a sustentabilidade dos projetos. O desenvolvimento de uma rede de transporte eficiente é essencial para a competitividade econômica. Isso inclui a construção e manutenção de estradas, ferrovias, portos e aeroportos. A integração entre diferentes modos de transporte pode reduzir custos logísticos e melhorar a eficiência. O governo pode incentivar investimentos em infraestrutura de transporte através de parcerias público-privadas e concessões. A modernização das ferrovias, por exemplo, pode reduzir a dependência do transporte rodoviário e diminuir os custos de transporte de mercadorias.

Investir em sistemas de transporte público nas grandes cidades pode reduzir o trânsito e a poluição, melhorando a qualidade de vida dos habitantes urbanos. A implementação de tecnologias inteligentes de transporte, como sistemas de gestão de tráfego e veículos autônomos, pode aumentar a eficiência e a segurança do transporte. Uma rede de energia confiável e eficiente é fundamental para o crescimento econômico. Isso inclui a modernização das usinas de geração de energia, a expansão da rede de distribuição e a integração de fontes de energia renovável. O governo pode promover investimentos em infraestrutura energética através de incentivos fiscais e subsídios para projetos de energia renovável. A criação de um marco regulatório claro e estável também pode atrair investimentos privados. A modernização das redes elétricas para redes inteligentes (smart grids) pode melhorar a eficiência energética e

integrar melhor as fontes de energia renovável. Investir em tecnologias de armazenamento de energia, como baterias de grande escala, pode ajudar a estabilizar a rede elétrica e garantir a disponibilidade contínua de energia (MARGALHO, 2018).

A infraestrutura de telecomunicações é crucial para a economia digital. A expansão da banda larga e a melhoria da conectividade são essenciais para promover a inovação e a competitividade. O governo pode incentivar investimentos em infraestrutura de telecomunicações através de subsídios e incentivos fiscais. Parcerias com empresas de telecomunicações podem ajudar a expandir o acesso à internet de alta velocidade, especialmente em áreas rurais e regiões menos desenvolvidas.

Investir em tecnologias de comunicação avançadas, como o 5G, pode impulsionar a inovação e proporcionar novas oportunidades de negócios. A criação de hubs de inovação e centros de tecnologia pode promover o desenvolvimento de startups e a colaboração entre empresas de tecnologia, universidades e institutos de pesquisa.

O desenvolvimentismo hoje deve ser visto como um quadro dinâmico e adaptável, capaz de enfrentar os desafios complexos do século XXI. Ao combinar lições do passado com inovações modernas, o Brasil pode usar os princípios desenvolvimentistas para promover um crescimento econômico inclusivo, sustentável e equitativo. Políticas que integrem industrialização, inovação tecnológica, sustentabilidade ambiental, inclusão social e reformas institucionais são essenciais para criar um futuro próspero e resiliente para todos os brasileiros. Esta análise destaca a importância de uma abordagem integrada e multidimensional para o desenvolvimento econômico, que reconheça as interdependências entre crescimento econômico, sustentabilidade ambiental e inclusão social. Ao adotar essas políticas, o Brasil pode não apenas superar os desafios atuais, mas também construir uma base sólida para um desenvolvimento sustentável e equitativo no longo prazo.

4.3 Inclusão Social e Sustentabilidade

Embora a inserção do Brasil na economia global possa trazer benefícios, como acesso a mercados e investimentos, também apresenta desafios significativos. A concorrência internacional pode intensificar desigualdades internas e marginalizar setores menos competitivos. Portanto, é crucial que o Brasil desenvolva estratégias que maximizem os benefícios da globalização enquanto protegem suas economias locais e promovem a inclusão social. O estímulo à inovação não apenas impulsiona o crescimento econômico, mas também

oferece soluções para problemas sociais e ambientais. Políticas públicas que incentivem a colaboração entre academia, setor privado e governo são fundamentais para criar um ambiente propício à inovação (BNDES, 2002).

A inclusão da voz da sociedade civil é vista como essencial para a legitimidade das políticas públicas. O fortalecimento da democracia se torna um imperativo, a criação de mecanismos que garantam a participação efetiva da população nas discussões e formulações de políticas. Isso pode resultar em soluções mais adequadas às necessidades da sociedade, promovendo um desenvolvimento mais justo e equitativo (BNDES, 2002).

O Brasil, com sua rica biodiversidade, tem um papel crucial na luta global pela sustentabilidade. No entanto, isso exige uma mudança de paradigma em relação ao desenvolvimento econômico, onde as práticas que respeitam os limites ecológicos devem ser priorizadas. O Brasil pode se tornar um líder em iniciativas de proteção ambiental, mas isso depende de um comprometimento sério por parte do governo e da sociedade (BNDES, 2002).

A interconexão entre globalização, inovação, participação social e sustentabilidade é apresentada como fundamental para a construção de um futuro mais equitativo. As discussões são essenciais para orientar formuladores de políticas, acadêmicos e cidadãos na busca de soluções que promovam um desenvolvimento verdadeiramente sustentável e inclusivo (BNDES, 2002).

O Brasil, com suas profundas desigualdades sociais, enfrenta o desafio de promover um desenvolvimento que beneficie todas as camadas da sociedade. Políticas públicas voltadas para a educação, saúde e assistência social são essenciais para garantir que os frutos do crescimento econômico sejam distribuídos de forma equitativa. A inclusão social deve ser uma prioridade nas agendas de desenvolvimento, especialmente em um contexto onde a pobreza e a exclusão ainda são problemas significativos. O crescimento econômico brasileiro historicamente tem sido acompanhado por uma exploração intensa dos recursos naturais, resultando em desmatamento, degradação ambiental e perda de biodiversidade. A necessidade de adotar um modelo de desenvolvimento sustentável, que considere a preservação dos ecossistemas e o uso responsável dos recursos, é um tema que ganha cada vez mais relevância diante da crise climática global. O desenvolvimento sustentável não é apenas uma opção, mas uma exigência para garantir a qualidade de vida das futuras gerações (BNDES, 2002).

O Brasil é um país marcado por desigualdades significativas entre suas diferentes regiões, e isso impacta diretamente o desenvolvimento nacional. Políticas específicas devem ser implementadas para atender às necessidades de cada região, levando em conta suas

características socioeconômicas únicas. Essa abordagem regionalizada é fundamental para promover um desenvolvimento mais equilibrado e coeso (BNDES, 2002).

A relação entre desenvolvimento econômico e colapso climático é complexa e multifacetada. O crescimento econômico, especialmente em países como a China e o Brasil, frequentemente vem acompanhado de aumento nas emissões de gases de efeito estufa, desmatamento e degradação ambiental. No entanto, a maneira como esse desenvolvimento é estruturado pode determinar se ele será sustentável ou se levará a consequências climáticas devastadoras.

O modelo de desenvolvimento da China, que priorizou um rápido crescimento econômico, trouxe à tona discussões significativas sobre suas implicações climáticas. O país se tornou a segunda maior economia do mundo, mas também é o maior emissor de CO₂ globalmente. O foco em indústrias pesadas e urbanização acelerada contribuiu para sérios problemas ambientais, como poluição do ar e água, desmatamento e perda de biodiversidade. Nos últimos anos, no entanto, a China começou a investir em tecnologias verdes e energias renováveis, buscando equilibrar crescimento econômico com compromissos ambientais, como a meta de neutralidade de carbono até 2060.

Os países emergentes enfrentam um dilema similar. O desejo de melhorar o padrão de vida e reduzir a pobreza frequentemente leva à exploração intensiva de recursos naturais. Essa dinâmica é visível em várias nações da África, América Latina e Ásia. O desafio reside em encontrar formas de desenvolvimento que não comprometam a capacidade do planeta de sustentar futuras gerações. A implementação de práticas sustentáveis, tecnologias limpas e uma maior responsabilidade social corporativa são essenciais para mitigar os impactos climáticos.

No contexto brasileiro, os governos do PT (Partido dos Trabalhadores) implementaram políticas de desenvolvimento econômico que, em alguns aspectos, foram contraditórias em relação à sustentabilidade. Durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), houve um foco significativo na redução da pobreza e na inclusão social, resultando em avanços sociais e econômicos. No entanto, esse crescimento foi acompanhado por um aumento na exploração de recursos naturais, especialmente na Amazônia, onde o desmatamento cresceu devido à expansão da agropecuária e da mineração.

No governo de Dilma Rousseff (2011-2016), tentativas de promover uma agenda ambiental mais robusta foram desafiadas por pressões econômicas e políticas. O contexto econômico adverso e as crises políticas limitaram a capacidade do governo de implementar medidas de proteção ambiental eficazes. A combinação de desenvolvimento econômico com

práticas não sustentáveis resultou em um aumento das emissões de gases de efeito estufa e na degradação ambiental, colocando em risco a biodiversidade e o clima.

A luta entre desenvolvimento e colapso climático é um desafio global que exige uma reavaliação das prioridades econômicas e políticas. Para países como a China e o Brasil, é fundamental adotar modelos de desenvolvimento que integrem sustentabilidade, promovendo um crescimento que respeite os limites ecológicos do planeta. Isso implica em políticas que incentivem a transição para uma economia de baixo carbono, a proteção de ecossistemas e a justiça social, garantindo que o desenvolvimento não ocorra à custa do futuro do nosso clima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, exploramos o desenvolvimentismo e o neodesenvolvimentismo no Brasil, suas origens, evoluções, políticas econômicas, e impactos. Ambos os paradigmas compartilharam a visão de que o Estado deve desempenhar um papel central no desenvolvimento econômico, mas diferiram em suas abordagens e contextos históricos. O desenvolvimentismo, surgido na primeira metade do século XX, foi caracterizado pela industrialização, substituição de importações e forte intervenção estatal. Este modelo visava reduzir a dependência de exportações de produtos primários e criar uma economia diversificada e industrializada. O governo de Getúlio Vargas foi um marco inicial, implementando políticas de criação de empresas estatais, proteção de indústrias nascentes e investimentos em infraestrutura. Embora tenha obtido sucesso na transformação da economia brasileira, o desenvolvimentismo enfrentou desafios como ineficiências econômicas, inflação e aumento da dívida pública.

O neodesenvolvimentismo, emergido nas últimas décadas como resposta às políticas neoliberais dos anos 1980 e 1990, buscou combinar crescimento econômico com inclusão social e sustentabilidade. Durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, políticas neodesenvolvimentistas promoveram investimentos em infraestrutura, políticas industriais, programas sociais como o Bolsa Família, e a capacitação da força de trabalho. Estes esforços resultaram em crescimento econômico, redução da pobreza e aumento do emprego, mas também enfrentam desafios significativos, incluindo déficits fiscais, inflação e crises políticas.

Ambos os paradigmas contribuíram significativamente para a transformação econômica e social do Brasil, mas também apresentaram limitações. A comparação entre desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo revela tanto continuidades quanto inovações na busca pelo desenvolvimento econômico. O desenvolvimentismo foi crucial para a industrialização inicial e diversificação da economia brasileira, mas suas limitações tornaram-se evidentes com o tempo. O neodesenvolvimentismo tentou aprender com essas lições, focando mais na inclusão social e sustentabilidade, mas também enfrentou seus próprios desafios.

No contexto do desenvolvimento sustentável, o incentivo de práticas agrícolas sustentáveis através de nudges e rotulagem verde, promovendo o desenvolvimento de energias renováveis com incentivos financeiros e feedback em tempo real sobre o consumo de energia, e implementando programas de pagamento por serviços ambientais (PSA) para conservação

ambiental. Na inclusão social, há a necessidade de estruturar programas de transferência de renda com incentivos condicionais, simplificar processos de acesso aos benefícios, melhorar a educação com intervenções comportamentais em sala de aula, e promover a saúde pública com nudges para saúde preventiva e aumento da adesão a tratamentos médicos.

Na infraestrutura e logística, o incentivo do uso de transporte público com descontos em tarifas durante horários de pico, promover campanhas de segurança no trânsito, incentivar a adoção de práticas de eficiência energética com nudges e incentivos financeiros, e expandir a conectividade em áreas rurais com subsídios e campanhas de conscientização.

Para enfrentar os desafios do século XXI, o Brasil deve adotar uma abordagem integrada e multidimensional para o desenvolvimento econômico, que reconheça as interdependências entre crescimento econômico, sustentabilidade ambiental e inclusão social. Políticas que integrem industrialização, inovação tecnológica, sustentabilidade ambiental, inclusão social e reformas institucionais são essenciais para criar um futuro próspero e resiliente para todos os brasileiros.

O desenvolvimentismo hoje deve ser visto como um quadro dinâmico e adaptável, capaz de enfrentar os desafios complexos do século XXI. Ao combinar lições do passado com inovações modernas, o Brasil pode usar os princípios desenvolvimentistas para promover um crescimento econômico inclusivo, sustentável e equitativo. Esta análise destaca a importância de uma abordagem integrada e multidimensional para o desenvolvimento econômico, que reconheça as interdependências entre crescimento econômico, sustentabilidade ambiental e inclusão social. Ao adotar essas políticas, o Brasil pode não apenas superar os desafios atuais, mas também construir uma base sólida para um desenvolvimento sustentável e equitativo no longo prazo.

Em suma, o desenvolvimento econômico é um processo complexo e multifacetado que exige uma abordagem holística e integrada. As experiências do desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo no Brasil oferecem lições valiosas para formular políticas futuras que promovam um desenvolvimento equilibrado e sustentável. Integrando estes princípios da economia o Brasil pode aumentar a eficácia dessas políticas e alcançar um progresso econômico que beneficie toda a sociedade, garantindo um futuro mais justo, próspero e sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALANO, Guilherme Faria; COSTA, Newton Carneiro Affonso Da; CAMPARA, Jéssica Pulino. **Regra do pico-fim e negligência com relação ao tempo: evidências de um experimento com hóspedes de um resort de praia.** Nova Economia, v. 29, p. 677-692, 2019.

AVANZI, Dante et al. **Uso De Vieses Cognitivos Em Ativações De Merchandising E O Efeito Nas Vendas Nos Supermercados.** Revista de Administração de Empresas, v. 60, p. 262-272, 2020.

AYROZA, Igor Feitosa Lacorte *et al.* **Avaliação do programa de produtividade em pesquisa da universidade federal do Tocantins: um olhar sob a ótica da economia.** Revista de Economia Contemporânea, 2021.

BAHI, Karina. **O Impacto da Política ESG (Environmental, Social and Governance) na Gestão de Patrimônio e Fundos de Investimento Imobiliários.** 2023. 57 p. Dissertação de mestrado — Instituto Politécnico de Tomar e Escola Superior de Atividades Imobiliárias, Lisboa, 2023.

BANDEIRA, Marina Valim; RONCATO, Patricia Eveline dos Santos. "**Afinal, somos racionais?**": análise da temática da economia comportamental nos programas de pós-graduação por meio da sociometria. *Redes: revista hispana para el análisis de redes sociales*, v. 30, n. 2, p. 0216-232, 2019.

BERZOTTI, Rafael. **A Economia Comportamental e os nudges em contextos de escassez acentuada.** e-Publica, v. 5, n. 3, p. 159-183, 2018.

BNDES. **PROGRAMA de Aceleração do Crescimento - Relatório Anual 2011 - BNDES.** Disponível em: https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Hotsites/Relatorio_Anual_2011/Capitulos/atuacao_institucional/o_bndes_politicas_publicas/pac.html#:~:text=O%20BNDES%20de%20sempenha%20papel%20fundamental,de%20vida%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20brasileira. Acesso em: 26 set. 2024.

BONDARIK, ROBERTO; PILATTI, LUIZ ALBERTO; HORST, DIOGO JOSÉ. **Uma visão geral sobre o potencial de geração de energias renováveis no brasil.** *Interciencia*, v. 43, n. 10, p. 680-688, out. 2018. Disponível em: https://www.interciencia.net/wp-content/uploads/2018/10/680-HORST-43_10.pdf. Acesso em: 26 set. 2024.

BONENTE, B. I. **Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista.** Niterói: Editora da UFF, 2016.

BRAGA BELMIRO, Claudiane; LUCENA, Carlos Alberto. **A relação entre juventude, trabalho e educação profissional no século xxi: uma análise sobre o programa jovem aprendiz sob a perspectiva de classe social.** *Revista HISTEDBR On-line*, v. 20, p. 1-22, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8653401/23119>. Acesso em: 26 set. 2024.

BRAGA, J. C. **Crise sistêmica da financeirização e a incerteza das mudanças**. Revista Estudos Avançados, USP, São Paulo, v. 23, n. 65, 2009.

BRESSER-PEREIRA, L.C. (2004a). "**Novo-desenvolvimentismo**". Folha de São Paulo/Caderno Dinheiro, 2004.

CANETTI, Rafaela Coutinho; DE MENDONÇA, José Vicente Santos. **Corrupção para além da punição: aportes da economia comportamental**. Revista de Direito Econômico e Socioambiental, v. 10, n. 1, p. 104-125, 2019.

CAPPELLOZZA, Alexandre; SANCHEZ, Otavio Prospero. **Análise de decisões sobre uso de tecnologia: um estudo no setor de telefonia móvel fundamentado nos axiomas da economia comportamental**. Revista de Administração Contemporânea, v. 15, p. 1078-1099, 2011.

CARVALHO, André Roncaglia de; SOUZA, Luciana Rosa de. **A evolução conceitual da desigualdade e da pobreza no pensamento econômico**. Brazilian Journal of Political Economy, v. 41, p. 402-425, 2021.

CASTELO BRANCO, Rodrigo. **O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano**. Oikos, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, 2009

CASTRO, Ana Célia (Org.). **Desenvolvimento em debate: novos rumos do desenvolvimento no mundo**. Rio de Janeiro: Mauad; BNDES, v. 1, 2002.

CASTRO, Ana Célia (Org.). **Desenvolvimento em debate: painéis do desenvolvimento brasileiro I**. Rio de Janeiro: Mauad; BNDES, v. 2, 2002

CASTRO, Ana Célia (Org.). **Desenvolvimento em debate: painéis do desenvolvimento brasileiro II**. Rio de Janeiro: Mauad; BNDES, v. 3, 2002.

CASTRO, Augusto. **Desigualdade trava desenvolvimento social e econômico do Brasil, aponta debate**. 23 maio 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/05/23/desigualdade-trava-desenvolvimento-social-e-economico-do-brasil-aponta-debate>. Acesso em: 26 set. 2024.

CHAFUEN, Alejandro A. **Fé e Liberdade: o pensamento econômico da escolástica tardia**. LVM Editora, 2019.

CHIORO, Arthur et al. **Atuação do Partido dos Trabalhadores na gestão do Ministério da Saúde: agendas estratégicas visando a garantia do direito a saúde e a defesa do SUS**. Revista Perseu, 2020.

COFECON, **Novo Desenvolvimentismo: Políticas públicas para inovação, inclusão social e sustentabilidade ambiental** – Conselho Federal de Economia – COFECON. Jun. 2023. Disponível em: <https://www.cofecon.org.br/2023/06/28/novo-desenvolvimentismo-politicas-publicas-para-inovacao-inclusao-social-e-sustentabilidade-ambiental/>. Acesso em: 27 set. 2024.

Colombo, A. O., Favorato, D. G., & Felipe, E. S. **O Novo Desenvolvimentismo no Brasil: Principais Argumentos e uma Leitura Crítica**. *Pesquisa & Debate Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados Em Economia Política*, 32(1(57)), 2020.

Colombo, A. O., Favorato, D. G., & Felipe, E. S. O Novo Desenvolvimentismo no Brasil: Principais Argumentos e uma Leitura Crítica. *Pesquisa & Debate Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados Em Economia Política*, 32(1(57), 2020.

CONSTANTINO, Michel et al. **Economia comportamental: delineamento de um experimento com o Marcador Biológico 2D: 4D.** *Revista Psicologia e Saúde*, v. 10, n. 1,

CURADO, Marcelo. **Uma avaliação da economia brasileira no Governo Lula.** p. 91-103, 2011. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/328077048.pdf>. Acesso em: 26 set. 2024.

DA SILVA, Rodrigo Muniz. **A influência do pensamento econômico na ideia de sustentabilidade e suas implicações para a percepção e conservação do mundo natural.** *Desenvolvimento e meio ambiente*, v. 46, 2018.

DANTAS, Yuri. **Economia comportamental aplicada a políticas públicas: um exercício analítico sobre a lei 13.656/2018 e o incentivo à doação de medula óssea no Brasil.** *Textos de Economia*, v. 24, n. 2, p. 01-26, 2021.

DE ANDRADE, Otavio Morato. **NudgeRio: um caso de aplicação de Ciência Comportamental às Políticas Públicas.** *Cadernos do Desenvolvimento Fluminense*, n. 16, p. 111-124, 2019.

DE MELO, Gabriel Estruzani Queiróz. **A Influência da Filosofia Escolástica na Formação do Pensamento Econômico.** *MISES: Interdisciplinary Journal of Philosophy, Law and Economics*, v. 7, n. 2, p. 451-481, 2019.

DE SOUZA MEIRELLES, Fernando. **Pandemia acelerou processo de transformação digital das empresas no Brasil, revela pesquisa.** 26 maio 2022. Disponível em: <https://portal.fgv.br/noticias/pandemia-acelerou-processo-transformacao-digital-empresas-brasil-revela-pesquisa>. Acesso em: 26 set. 2024.

ELI, Diniz; BRESSER, Pereira Luiz Carlos (ed.). **Globalização, estado e desenvolvimento: Dilemas do Brasil no novo milênio.** Rio de Janeiro, RJ, Brasil: FGV Editora, 2007. 334 p. ISBN 9788522506286.

FARIA, Henrique Santos de. **Um empurrãozinho no bolsa família: uma proposta de uso de ferramentas comportamentais no programa.** *Teoria E Prática Em Administração*, 2018.

FERNANDES, Viviane. **Da educação ao empurrão: a participação Das ciências comportamentais em programas de educação financeira.** *Sociologia & Antropologia*, v. 11, p. 307-322, 2021.

FIORI, J. L.; MEDEIROS, C.; SERRANO, F. **O mito do colapso do poder americano.** Rio de Janeiro: Record, 2008.

FIORI, J. L.; MEDEIROS, C.; SERRANO, F. **O mito do colapso do poder americano.** Rio de Janeiro: Record, 2008.

FURTADO, C. **Formação econômica no Brasil 4.** ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

GALBRAITH, J. K. **O colapso da Bolsa 1929: anatomia de uma crise.** Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1972.

GEMANAQUE, Adrimauro. **A pandemia agravou a desigualdade de renda e a pobreza no Brasil** | CEE Fiocruz. 27 maio 2021. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=a-pandemia-agravou-a-desigualdade-de-renda-e-a-pobreza-no-brasil>. Acesso em: 26 set. 2024.

GRAMINHA, Pedro Brandão; AFONSO, Luís Eduardo. **Economia Comportamental e Seguros de Automóveis: O Papel dos Vieses e Heurísticas**. Revista de Administração Contemporânea, v. 26, 2022.

HAMILTON, A. (1790). **Primeiro Relatório sobre o Tesouro**.

KRUGMAN, P. **Como puderam os economistas errar tanto?**. O Estado de São Paulo, 2009, p. B 9.

LEAL PEREIRA, Maria Clara et al. **Saúde pública no brasil: desafios estruturais e necessidades de investimentos sustentáveis para a melhoria do sistema**. Revista Cedigma, v. 28, n. 3, p. 64-80, 2024.

LEITÃO, Alexandra. **Economia circular: uma nova filosofia de gestão para o séc. XXI**. Portuguese Journal of Finance, Management and Accounting, v. 1, n. 2, p. 157-160, 2015.

LIST, F. (1841). **O Sistema Nacional de Economia Político**.

LOCH, Mathias Roberto et al. **Controle remoto ou remoto controle? A economia comportamental e a promoção de comportamentos saudáveis**. Revista Panamericana de Salud Pública, v. 43, p. e18, 2019.

LOPES DO CARMO, DAVI, et al. **Agricultura agroecológica: boas práticas de manejo**. In: CARMO, D. L. et al. (Org.). **Diálogos transdisciplinares em Agroecologia: projeto Café com Agroecologia**. Viçosa, FACEV. cap. 7, p. 88-110. , 2021

LOUREIRO, E. Z.; DA CONCEIÇÃO, R. L. C.; DA SILVA GOMES, A. **Desenvolvimento, subdesenvolvimento e dependência: leituras críticas entre Gunnar Myrdal e Ruy Mauro Marini**. Espacio , v. 28, n. 10/2019, p. 57–77, 2019.

M. PRATES, Daniela; FRITZ, Barbara; DE PAULA, Luiz Fernando. **Uma avaliação das políticas desenvolvimentistas nos governos do PT**. CADERNOS do DESENVOLVIMENTO, v. 12, n. 21, p. 187-215, 2017. Disponível em: https://www.ie.unicamp.br/images/arquivos/Artigo_CSF.pdf. Acesso em: 25 set. 2024.

MARGALHO, Maurício Gonçalves. **O pensamento econômico-social de Valentim Fernandes Bouças: organização político-empresarial, 1930-1940**. História e Economia, v. 20, n. 1, p. 109-130, 2018.

MARTIN, Karina Agatha; SBICCA, Adriana. **Decisões financeiras e o uso de aplicativos: um estudo à luz da economia comportamental**. Revista Gestão Organizacional, v. 14, n. 2, p. 207-228, 2021.

MEDEIROS, J.L. **A economia diante do horror econômico: uma crítica ontológica dos surtos de altruísmo da ciência econômica**. Niterói: Eduff, 2013.

MELLO, Patrícia Perrone Campos; NOJIRI, Sérgio. **O direito na fronteira da razão: psicologia, neurociência e economia comportamental.** Revista Brasileira de Políticas Públicas, v. 8, n. 2, p. 23-25, 2018.

MELO ARAÚJO, R.; DA SILVA GOMES, J.; DE SIQUEIRA NUNES REIS, A.; MARIA DE SIQUEIRA NUNES, N. **Economia ambiental: o desafio da preservação dos recursos naturais.** Múltiplos Acessos, v. 2, n. 2, 2017.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela Santana; PERUZZO, Juliane Feix. **O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina.** In: MOTA, Ana Elizabete (org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade.** São Paulo: Cortez, 2012.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela Santana; PERUZZO, Juliane Feix. **O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina.** In: MOTA, Ana Elizabete (org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade.** São Paulo: Cortez, 2012.

NUNES, Marcelo de Oliveira; DIB, Luís Antônio da Rocha. **Arquitetura de escolhas na tomada de decisão de turistas no contexto da pandemia de covid-19.** Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, v. 16, 2022.

ORGHIAN, Diana et al. **Desvio de caráter ou simplesmente humano? Economia comportamental aplicada ao comportamento desonesto.** Revista Brasileira de Políticas Públicas, v. 8, n. 2, p. 523-541, 2018.

PALETTA, Francisco Carlos; QUINO, Afonso Rodrigues de ;SILVA, Ana Claudia Machado; GALVÃO, Antonio Sant'ana; BORDON, Isabella Cristina Antunes; RIBEIRO, Luciana S. S.; STECHER, Luiza; OLIVEIRA, Maria José Alves de; SILVA, Mauro Valerio da; SANTOS, Roberto Manoel dos; MATTIOLO, Sandra Regina; SCAGLIUSI, Sandra Regina; GARCIA, Vanessa S. G.; ALMEIDA, Josimar Ribeiro de. **Sustentabilidade ambiental.** 1. ed. Rio de Janeiro: Rede Sirius; OUERJ, 2015.

PEREIRA DUARTE, André Luis. **Mudanças climáticas e as fontes alternativas de energia.** JusBrasil, 2014. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/mudancas-climaticas-e-as-fontes-alternativas-de-energia/152053814>. Acesso em: 27 set. 2024.

PETERS, E. D. **México's liberalization strategy, 10 years on.** Journal of Economic Issues, v. XXXII, n. 2, Jun. 1998.

QUADROS, R. DOS S.; MACHADO, M. C. G. **O ministro Gustavo Capanema e a ação cultural do ministério da educação e saúde na era Vargas - DOI - 10.5752/P.2318-7344.2013v1n2p62.** @rquivo Brasileiro de Educação, v. 1, n. 2, p. 62-75, 12 dez. 2013.

QUEIROZ, Francisco Alves; DE SOUZA, Laumar Neves. **A evolução do conceito de trabalho e sua relação com o desenvolvimento econômico.** Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas, p. 146-160, 2020.

RECK, Janriê Rodrigues; HÜBNER, Bruna Henrique. **A transformação digital do estado: digitalização do governo e dos serviços públicos no brasil.** Revista Eletrônica Direito e

Política, v. 16, n. 3, p. 1075-1096, 20 dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.14210/rdp.v16n3.p1075-1096>. Acesso em: 27 set. 2024.

REPORT of the **World Commission on Environment and Development: Our Common Future**. 1987. Disponível em:

<https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf>.

Acesso em: 24 de Setembro de 2024

RIBEIRO, Flávio Diniz. **Walt Whitman Rostow e a problemática do desenvolvimento: ideologia, política e ciência na Guerra Fria**. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

RIBEIRO, Marcia Carla Pereira; DOMINGUES, Victor Hugo. **Economia comportamental e direito: a racionalidade em mudança**. Revista Brasileira de Políticas Públicas, v. 8, n. 2, p. 456-471, 2018.

RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

ROSTOW, Walt Whitman. **The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto**. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

SALCEDO, Rosio Fernández Baca. **Evolução do pensamento preservacionista através das Cartas Patrimoniais Internacionais**. MAGAGNIN, Renata C.; CONSTANTINO, Norma T.; BENINI, Sandra M (org.). Cidade, História e Patrimônio. Tupã: ANAP, p. 15-40, 2019.

SALLES, Profa Me Claudia Maria Sodero. **Transformação digital em tempos de pandemia**. Revista Estudos e Negócios Academics, v. 1, n. 1, p. 91-100, 25 jan. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.58941/26760460/v1.n1.22>. Acesso em: 27 set. 2024.

SANDRONI, Paulo. **Novo Dicionário de Economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1994.

SANTOS SILVA, Jorge Antonio. **Turismo, crescimento e desenvolvimento: uma análise urbano-regional baseada em cluster**. Tese (Doutorado em Relações Públicas, Propaganda e Turismo) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SARMENTO, Alexandre Dallamura. **Notas sobre o take-off: a teoria rostowiana revisada**. Teoria e Evidência Econômica, Passo Fundo, v. 18, n. 38, p. 144-167, jan./jun. 2012.

SEGUNDO, Hugo de Brito Machado. **Ciência do direito tributário, economia comportamental e extrafiscalidade**. Revista Brasileira de Políticas Públicas, v. 8, n. 2, p. 639-659, 2018.

SILVA, Tárta Bitencurt Alves da; ALVES, Israel Andrade. **O controle externo como instrumento de combate à improbidade administrativa**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 9, n. 10, p. 4493-4511, 23 nov. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.v9i10.11833>. Acesso em: 27 set. 2024.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993. v. 2

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SOUZA, L. A. S. **A decisão de compra por produtos sustentáveis com base nos fundamentos da economia comportamental.** Consumer Behavior Review, 5(3), 428-2018.

TELLES, Tiago Santos; REYDON, Bastiaan Philip; FERNANDES, Vitor Bukvar. **Os determinantes do preço das terras agrícolas na história do pensamento econômico.** Economia e Sociedade, v. 27, p. 525-545, 2018.

UBALDO, Beatriz Marques et al. **Evolução histórica do processo de ruptura entre o homem e a natureza.** Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade, p. 383-393, 2018.

UBALDO, Beatriz Marques et al. **Evolução histórica do processo de ruptura entre o homem e a natureza.** Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade, p. 383-393, 2018.

VARGAS, Getúlio Dornelles. **A Nova Política do Brasil.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

VEBLER, Thorstein(1898).**Why is economics not an evolutionary science?.** Cambridge Journal of Economics, v. 22: Originalmente publicado em 1898.

WEST, Edwin George. **Adam Smith's two views on the division of labour.** Economica, Hoboken, v. 31, n. 121, p. 23-32, fev. 1964. DOI: <https://doi.org/10.2307/2550924>

WILLIAMSON, John; KUCZYNSKI, Pedro-Pablo. **Depois do Consenso de Washington.** São Paulo: Saraiva, 2004.